

MOVIMENTO "ALENTEJO PELA REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - MARD "

É no IIIº Congresso Sobre o Alentejo – Semeando Novos Rumos que teve lugar nos dias 5 a 7 de outubro de 1989, em Elvas, que surge pela primeira vez a ideia da criação de um Movimento de Opinião para o Desenvolvimento que fortalecesse o Poder Local e fizesse ouvir o Alentejo.

O Alentejo terá de se bater duramente para conseguir alterar algumas realidades que profundamente o penalizam. A estratégia de desenvolvimento deverá passar pela realização de uma agricultura moderna como suporte necessário para criação de uma base industrial e pela regionalização. Estas algumas das conclusões saídas do III Congresso sobre o Alentejo, que se realizou na cidade de Elvas, de 5 a 7 de Outubro. Cerca de 420 congressistas apresentaram perto de uma centena de comunicações abordando questões em torno dos problemas do desenvolvimento enquadrados na óptica da integração no Mercado Comum. O Congresso apontou a continuação do interesse e da capacidade dos alentejanos de ligação, aproximação e convergência em redor do objectivo único: desenvolver esta vasta região que se estende de Sines a Barrancos e de Odemira a Nisa.

III Congresso sobre o Alentejo propõe movimento de opinião para o desenvolvimento da região

Texto Rafael Rodrigues - Fotos António Cunha

A criação de um movimento de opinião para o desenvolvimento do Alentejo que fortaleça o poder local e a região em geral, surgiu no III Congresso sobre o Alentejo.

Foi aprovado a criação de um Conselho Regional do Alentejo que terá a função de promover e coordenar as actividades da região.

De acordo com os dados, a cidade de Elvas acolheu o Alentejo, que se realizou nos dias 5, 6 e 7 de Outubro. O Congresso foi realizado no Centro de Congressos da cidade de Elvas, com a participação de cerca de 420 congressistas.

"PARA OS ESPANHÓIS É MAIS FÁCIL"

Em Elvas esteve toda uma massa de alentejanos vindos de outras paragens alentejanas para participar no III Congresso sobre o Alentejo. O Congresso foi realizado no Centro de Congressos da cidade de Elvas, com a participação de cerca de 420 congressistas.

dos produtores locais a propo- sição de uma rede de distribuição de produtos locais, que seja mais eficaz e que permita a criação de uma rede de distribuição de produtos locais.

Muitos dos temas abordados no Congresso foram relacionados com a necessidade de uma política de desenvolvimento da região, com a criação de uma rede de distribuição de produtos locais.

De acordo com os dados, a cidade de Elvas acolheu o Alentejo, que se realizou nos dias 5, 6 e 7 de Outubro. O Congresso foi realizado no Centro de Congressos da cidade de Elvas, com a participação de cerca de 420 congressistas.

De acordo com os dados, a cidade de Elvas acolheu o Alentejo, que se realizou nos dias 5, 6 e 7 de Outubro. O Congresso foi realizado no Centro de Congressos da cidade de Elvas, com a participação de cerca de 420 congressistas.

MEDAS ESPECIAIS PARA A CIDADE

O III Congresso sobre o

Alentejo serviu para apresentar propostas de desenvolvimento para o Alentejo, com a criação de uma rede de distribuição de produtos locais.

Muitos dos temas abordados no Congresso foram relacionados com a necessidade de uma política de desenvolvimento da região, com a criação de uma rede de distribuição de produtos locais.

De acordo com os dados, a cidade de Elvas acolheu o Alentejo, que se realizou nos dias 5, 6 e 7 de Outubro. O Congresso foi realizado no Centro de Congressos da cidade de Elvas, com a participação de cerca de 420 congressistas.

De acordo com os dados, a cidade de Elvas acolheu o Alentejo, que se realizou nos dias 5, 6 e 7 de Outubro. O Congresso foi realizado no Centro de Congressos da cidade de Elvas, com a participação de cerca de 420 congressistas.

De acordo com os dados, a cidade de Elvas acolheu o Alentejo, que se realizou nos dias 5, 6 e 7 de Outubro. O Congresso foi realizado no Centro de Congressos da cidade de Elvas, com a participação de cerca de 420 congressistas.



POTENCIALIZAR SÃO OBRIGADO

O plano de ação do Alentejo, o projeto de Elvas, não responde.

A organização do projeto de Elvas, o projeto de Elvas, não responde. O plano de ação do Alentejo, o projeto de Elvas, não responde.

O plano de ação do Alentejo, o projeto de Elvas, não responde. O plano de ação do Alentejo, o projeto de Elvas, não responde.

GOVERNOS TEM ENQUICADO O ALENTEJO

Tal situação para a política de desenvolvimento da região, com a criação de uma rede de distribuição de produtos locais.

Tal situação para a política de desenvolvimento da região, com a criação de uma rede de distribuição de produtos locais.

Tal situação para a política de desenvolvimento da região, com a criação de uma rede de distribuição de produtos locais.

POR DE PARTE AS "PARTIDARIAS"

O Alentejo tem, sempre, a sua voz e a sua capacidade de intervenção.

O Alentejo tem, sempre, a sua voz e a sua capacidade de intervenção.

O Alentejo tem, sempre, a sua voz e a sua capacidade de intervenção.



Um movimento a ser promovido pelo Secretariado dos Congressos sobre o Alentejo e capaz de mobilizar todo o Alentejo. Tal aprovação correspondeu à necessidade do Alentejo se mobilizar e intervir a uma só voz de

forma a fazer-se ouvir junto do Poder Central e de outras instituições.



O IV Congresso retomou a ideia da criação do Movimento de Opinião para o Desenvolvimento do Alentejo consagrando nas suas conclusões:

“Cresce a vontade de cooperação entre os alentejanos, criando condições para a mobilização com vista ao progresso económico e à igualdade de oportunidades e direitos. Os Congressos sobre o Alentejo tornaram possível atingir importantes convergências de posições em matérias centrais para o seu desenvolvimento integrado. Associações económicas, sociais, culturais, partidos políticos, concordaram na necessidade de conjugar esforços em torno deste objectivo.

Em finais de 1989, o terceiro Congresso decidiu dinamizar um movimento que desse corpo a tão importantes convergências. Torna-se agora necessário actuar, através de formas organizadas e meios que dêem ao Alentejo capacidade para se fazer ouvir, transmitindo eficazmente a sua vontade colectiva às instâncias do Poder, aos níveis Local, Central e Comunitário.

O Quarto Congresso, que viu surgir um movimento de opinião para o desenvolvimento do Alentejo, apela a todos os congressistas a todos os alentejanos para que lhe dêem a força necessária através da sua adesão, para que ele dê continuidade no dia-a-dia aos debates e decisões dos Congressos, para que dê força à consciência regional que neles se tem vindo a afirmar, e para que exprima a força, a diversidade e a unidade de um Alentejo multipolar, que hoje e aqui constrói o futuro.”

Não é ainda desta vez que o almejado Movimento de Opinião para o desenvolvimento do Alentejo ganha a luz do dia. Vai ser necessário aguardar ainda quase 3 anos para a **8 de Março de 1994**, por iniciativa do **Conselho Regional do Alentejo** se dar início ao processo que irá mobilizar todo o Alentejo e fazer ouvir, com força e em unidade as suas justas propostas e reivindicações entre as quais estará sempre presente a necessidade e urgência da Regionalização.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE 8.MARÇO.1994 ABRE CAMINHO, POR UNANIMIDADE, À CRIAÇÃO DO MOVIMENTO ALENTEJO PELA

REGIONALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

RESOLUÇÃO

Considerando a entrada em vigor do novo Q.C.A. / PDR - 94/99, a manifesta escassez de fundos previstos para o Alentejo e a natureza governamentalizadora da sua gestão.

Considerando a decisão do arranque do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, a amputação de parte importante do mesmo e a marginalização do Poder Local e parceiros sociais da Região da Comissão de Acompanhamento e Conselho Consultivo da mesma.

Considerando a ausência de Regiões Administrativas e a importância destas para assegurar uma maior eficácia e potencialização dos recursos disponíveis.

Considerando que a situação de envelhecimento e desertificação do Alentejo se acentua progressivamente ameaçando de forma dramática e dificilmente reversível uma Região que tem potencialidades e que representa 1/3 do território nacional.

O Conselho Regional do Alentejo, na sua 1ª reunião ordinária de 1994, decide convidar as Mesas das Assembleias Distritais e os Conselhos de Administração das Associações de Municípios da Região para uma reunião a realizar no próximo dia 22 de Março de 1994, pelas 15.00 horas, nas instalações da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, com o objectivo de analisar mais detalhadamente a situação que se vive no Alentejo e considerar eventuais acções a desenvolver.

Alentejo, 8 de Março de 1994

- Aprovada por unanimidade!
- Marcado Conselho Regional Extraordinário

A 22.MARÇO.1994, PELAS 15 HORAS, CORRESPONDENDO AO CONVITE QUE LHES FOI DIRIGIDO PELO CONSELHO REGIONAL DO ALENTEJO, REUNEM NAS INSTALAÇÕES DA CCRA, EM ÉVORA, REPRESENTANTES DAS ASSEMBLEIAS DISTRITAIS DE BEJA, ÉVORA E PORTALEGRE; DAS ASSOCIAÇÕES DE

MUNICÍPIOS DOS DISTRITOS DE BEJA, ÉVORA, PORTALEGRE E DO LITORAL ALENTEJANO CONFORME LISTA DE PRESENÇAS QUE SE SEGUE

Reunião extraordinária do Conselho da Região

22.03.94



Folha de Presenças

| | |
|--|--|
| <p> José Rocha José Roberto José Manuel Francisco Pêgo Gil Ramos J. Pêgo Eduardo Peres Manuel Francisco Rogério Brito António Bastos Fernando Marques Fernando Gomes João Branca David José Caspary Vítor Azeiteiro Nélis dos Santos António Manuel Raposo Alfredo Branco António José Godinho António Manuel Pires António Manuel Pires M. José Pires </p> | <p> P. C. N. Júpia P. C. M. Vendas Novas P. A. M. Distrito de Beja G. M. Souchos do Caramelo C. N. Trancoso A. H. Norte Alentejo P. C. H. ODEMIRA A. Distrital Portalegre A. M. Litoral Alentejano P. C. H. Airo P. C. H. GRANDBOLA P. C. H. Mourão - Airo P. C. H. - BORBA Governo Civil de Évora P. C. M. de Reguengos de Alentejo P. C. H. EVORA P. A. Distrito de Beja P. C. M. Redondo - Airo Cons. Regional (C. M. Alentejo) E. A. A. M. B. (C. M. Alentejo) C. A. M. D. B. (C. M. Alentejo) C. C. R. A. </p> |
|--|--|

É POR UNANIMIDADE QUE SÃO APROVADOS A PROCLAMAÇÃO E O ABAIXO-ASSINADO APRESENTADOS PELO PRESIDENTE DO CONSELHO DA REGIÃO CONFORME NOTA ENVIADA À COMUNICAÇÃO SOCIAL

CONSELHO REGIONAL

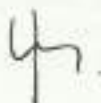
(D. Lei nº 494/79 de 21/12 - Artº 5º)

NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Conselho Regional do Alentejo, em reunião efectuada no dia 8 de Março de 1994 entendeu que a sua actuação devia pautar-se por uma acção mais participativa e pelo fomento da discussão de assuntos de interesse para a Região, no âmbito deste Conselho.

Assim, e posteriormente, em reunião realizada no dia 22 de Março de 1994 que contou com a participação dos Conselhos de Administração das Associações de Municípios de Évora, Beja, Portalegre e litoral Alentejano e das Mesas das Assembleias Distritais foram aprovados por unanimidade os documentos que se enviam em anexo, os quais enviamos para que V. Exª se digne dar a divulgação que considere adequada.

O Presidente do Conselho Regional do Alentejo



João Manuel Rocha da Silva

ALENTEJO PELA REGIONALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

PROCLAMAÇÃO

- Às Instituições, Organizações Económicas e Sociais, Associações, Clubes e Colectividades do Alentejo

- Aos Alentejanos (as)

O Alentejo envelhece e desertifica-se de forma progressiva. Um terço do território nacional e mais de meio milhão de portugueses são conduzidos para uma situação dramática e desumana em resultado de uma política que, marginalizando da sua definição e execução os mais directamente interessados, não tendo presente as suas propostas, sugestões e legítimas aspirações, acentua as assimetrias e desigualdades, conduz ao desinteresse e à desmotivação, não permite o aproveitamento racional dos recursos disponíveis nem a sua potencialização ao serviço de uma verdadeira política de desenvolvimento regional.

40 mil alentejanos foram obrigados a abandonar a sua terra nos últimos 10 anos. Mais 15 mil, segundo admitem as projecções oficiais, deverão seguir idêntico caminho até ao próximo ano 2000.

Cerca de 40 mil desempregados, onde pesam particularmente os jovens e mulheres, colocam o Alentejo nos lugares cimeiros desta condenável realidade que põe em causa uma das decisões constitucionais fundamentais: o direito ao trabalho.

O mundo rural alentejano vive uma crise sem paralelo nos últimos 20 anos. Agoniza a agricultura da região, enquanto o país importa mais de 70% do que consome. As agro-indústrias encerram as suas portas, os agricultores definham, os trabalhadores agrícolas emigram ou arrastam a sua situação de desempregados na longa espera por uma reforma insuficiente e ainda longínqua. Situações de fome e extrema miséria ganharam lugar de 1ª página nos serviços noticiosos para vergonha do País e dos governantes.

Os recursos mineiros são explorados numa lógica irracional alheia aos interesses da região e do País. As rochas ornamentais atravessam momentos difíceis fruto de erradas estratégias e falta de atempadas medidas há muito reclamadas.

Projectos estruturantes e inadiáveis continuam a marcar passo enquanto os milhões da Comunidade são utilizados segundo critérios definidos à revelia da vontade dos alentejanos e seus próximos e legítimos representantes.

Os serviços de saúde tornam-se cada vez mais inaceitáveis, degradam-se as condições no ensino, o encerramento de ramais da C.P. e o desmantelamento da R.N. interiorizam e isolam ainda mais as populações, a desclassificação de redes viárias e o atraso na construção de novas são outros tantos obstáculos a vencer.

O Poder Local, asfiliado financeiramente pelo sistemático não cumprimento da Lei das Finanças Locais por parte do Governo, que só em 1993 retirou mais de 13 milhões aos municípios do Alentejo, vê-se confrontado com a transferência de crescentes atribuições sem as indispensáveis contrapartidas financeiras o que torna cada vez mais difíceis a sua intervenção no sentido de corresponder às legítimas aspirações das populações e à necessária melhoria da sua qualidade de vida.

As regiões administrativas, importante pilar da organização democrática do Estado a quem cabe entre outras incumbências a elaboração dos planos regionais, a direcção de serviços públicos e tarefas de coordenação e apoio à acção dos municípios, aguardam há 18 anos que a Constituição da República seja respeitada e cumprida.

Num Estado de direito democrático, tal como o define o artigo 2º da Lei Fundamental, a situação que se vive no Alentejo é uma afronta inaceitável aos alentejanos e uma fonte de crescente desprestígio e descrédito da República.

O Novo Quadro Comunitário de Apoio/Plano de Desenvolvimento Regional 1994-1999 não pode ser mais uma oportunidade perdida para arrancar o Alentejo do atraso e subdesenvolvimento para que vem sendo atirado por uma política governamental que consideramos errada, contrária aos interesses e necessidades da região.

O Alentejo não pode ficar indiferente e calado perante as verbas insuficientes que o Governo aprovou para a região (pouco

ALENTEJO PELA REGIONALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

PROCLAMAÇÃO

- Às Instituições, Organizações Económicas e Sociais, Associações, Clubes e Colectividades do Alentejo

- Aos Alentejanos (as)

O Alentejo envelhece e desertifica-se de forma progressiva. Um terço do território nacional e mais de meio milhão de portugueses são conduzidos para uma situação dramática e desumana em resultado de uma política que, marginalizando da sua definição e execução os mais directamente interessados, não tendo presente as suas propostas, sugestões e legítimas aspirações, acentua as assimetrias e desigualdades, conduz ao desinteresse e à desmotivação, não permite o aproveitamento racional dos recursos disponíveis nem a sua potencialização ao serviço de uma verdadeira política de desenvolvimento regional.

40 mil alentejanos foram obrigados a abandonar a sua terra nos últimos 10 anos. Mais 15 mil, segundo admitem as projecções oficiais, deverão seguir idêntico caminho até ao próximo ano 2000.

Cerca de 40 mil desempregados, onde pesam particularmente os jovens e mulheres, colocam o Alentejo nos lugares cimeiros desta condenável realidade que põe em causa uma das decisões constitucionais fundamentais: o direito ao trabalho.

O mundo rural alentejano vive uma crise sem paralelo nos últimos 20 anos. Agoniza a agricultura da região, enquanto o país importa mais de 70% do que consome. As agro-indústrias encerram as suas portas, os agricultores definham, os trabalhadores agrícolas emigram ou arrastam a sua situação de desempregados na longa espera por uma reforma insuficiente e ainda longínqua. Situações de fome e extrema miséria ganharam lugar de 1ª página nos serviços noticiosos para vergonha do País e dos governantes.

Os recursos mineiros são explorados numa lógica irracional alheia aos interesses da região e do País. As rochas ornamentais atravessam momentos difíceis fruto de erradas estratégias e falta de atempadas medidas há muito reclamadas.

Projectos estruturantes e inadiáveis continuam a marcar passo enquanto os milhões da Comunidade são utilizados segundo critérios definidos à revelia da vontade dos alentejanos e seus próximos e legítimos representantes.

Os serviços de saúde tornam-se cada vez mais inaceitáveis, degradam-se as condições no ensino, o encerramento de ramais da C.P. e o desmantelamento da R.N. interiorizam e isolam ainda mais as populações, a desclassificação de redes viárias e o atraso na construção de novas são outros tantos obstáculos a vencer.

O Poder Local, asfiliado financeiramente pelo sistemático não cumprimento da Lei das Finanças Locais por parte do Governo, que só em 1993 retirou mais de 13 milhões aos municípios do Alentejo, vê-se confrontado com a transferência de crescentes atribuições sem as indispensáveis contrapartidas financeiras o que torna cada vez mais difíceis a sua intervenção no sentido de corresponder às legítimas aspirações das populações e à necessária melhoria da sua qualidade de vida.

As regiões administrativas, importante pilar da organização democrática do Estado a quem cabe entre outras incumbências a elaboração dos planos regionais, a direcção de serviços públicos e tarefas de coordenação e apoio à acção dos municípios, aguardam há 18 anos que a Constituição da República seja respeitada e cumprida.

Num Estado de direito democrático, tal como o define o artigo 2º da Lei Fundamental, a situação que se vive no Alentejo é uma afronta inaceitável aos alentejanos e uma fonte de crescente desprestígio e descrédito da República.

O Novo Quadro Comunitário de Apoio/Plano de Desenvolvimento Regional 1994-1999 não pode ser mais uma oportunidade perdida para arrancar o Alentejo do atraso e subdesenvolvimento para que vem sendo atirado por uma política governamental que consideramos errada, contrária aos interesses e necessidades da região.

O Alentejo não pode ficar indiferente e calado perante as verbas insuficientes que o Governo aprovou para a região (pouco

ALENTEJO PELA REGIONALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

mais de 8% do total nacional), a governamentalização da sua gestão e a ausência de um plano integrado, claro e racional para o investimento das mesmas.

O Alentejo não pode deixar de denunciar os estrangulamentos económicos e sociais decorrentes dos sistemáticos atrasos da construção do empreendimento do Alqueva, nem tão pouco ficar passivo perante uma decisão que mutila o empreendimento de fins múltiplos, designadamente a exclusão da Margem Esquerda do Guadiana e do Alentejo Central.

O Alentejo não pode aceitar que, na ausência de regiões administrativas, se prossiga o esvaziamento dos serviços dos distritos através de uma política centralista e centralizadora, geradora de novas e negativas macrocefalias, que nega a participação dos cidadãos e dos seus mais próximos e legítimos representantes da definição e execução das políticas que ao Alentejo e aos alentejanos dizem respeito.

É neste quadro, por todos conhecido e reconhecido e por nós alentejanos particularmente vivido, e considerando a necessidade e urgência de intervir no sentido de procurar travar e inverter tão dramática como inaceitável situação, que as entidades signatárias da presente proclamação decidiram constituir-se em Comissão Promotora de um diversificado conjunto de iniciativas e ações capaz de gerar um amplo e unificador Movimento de Opinião do «Alentejo pela Regionalização e o Desenvolvimento». Nesse sentido, os signatários, para além de um conjunto de diligências imediatas a fazer junto dos diferentes órgãos de soberania, decidiram desde já lançar um abaixo assinado que terá a particularidade de, para além de recolha de assinaturas dos cidadãos, recolher apoios colectivos de Instituições, Organizações Económicas e Sociais, Associações, Clubes e Colectividades do Alentejo, ou a ele associados, e promover, se possível ainda no 1º semestre de 1994, um «Tribunal de Opinião Alentejo: desertificação e envelhecimento, que Desenvolvimento?».

Os signatários apelam desde já às Instituições, Organizações Económicas e Sociais, Associações, Clubes e Colectividades do Alentejo, ao Povo Alentejano, para que expressem o seu apoio às iniciativas e se empenhem activamente nas mesmas, conscientes que só em conjunto poderemos fazer prevalecer a razão que nos assiste.

**Pelo Alentejo
Pela Regionalização e o Desenvolvimento**

Alentejo, 22 de Março de 1994

**O Conselho Regional do Alentejo
As Mesas das Assembleias Distritais de Beja, Évora e Portalegre
Os Conselhos de Administração das Associações de Municípios do Distrito de Beja,
Évora, Portalegre e Litoral Alentejano**

«ALENTEJO: PELA REGIONALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO»

SECRETARIADO: Associação de Municípios do Distrito de Beja - Praça da República, 12 - 7800 BEJA Tel. - (354) 325716
Associação de Municípios do Distrito de Évora - Praça do Santinho, 8 - 7000 ÉVORA Tel. - (366) 28600 - 28665
Associação de Municípios do Distrito de Portalegre - Câmara Municipal de Portalegre - 7300 PORTALEGRE Tel. - (345) 21636
Associação de Municípios do Litoral Alentejano - Avenida 72 - 7170 GRÁNDOLA Tel. - (363) 55547

ABAIXO-ASSINADO

ALENTEJO PELA REGIONALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

Comissão Promotora: Conselho Regional do Alentejo
Assembleia Distrital de Beja
Assembleia Distrital de Évora
Assembleia Distrital de Portalegre
Associação de Municípios do Distrito de Beja
Associação de Municípios do Distrito de Évora
Associação de Municípios do Distrito de Portalegre
Associação de Municípios do Litoral Alentejano

A Suas Excelências:

Senhor Presidente da República
Senhor Presidente da Assembleia da República
Senhor Presidente do Tribunal Constitucional
Senhor Provedor de Justiça

Com conhecimento:

Aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República
Ao Senhor Primeiro Ministro

I
É incumbência do Estado, entre outras, «orientar o desenvolvimento económico e social no sentido de um crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões entre a cidade e o campo» (Artº 81º da C.R.P.) e «garantir o direito ao trabalho» a que «todos têm direito...» (Artº 58º da C.R.P.). No Alentejo, tais incumbências não são cumpridas. O Alentejo envelhece e desertifica-se, mais de 40 mil alentejanos, 18% da sua população activa, vivem o drama do desemprego.

II
«A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais» (Artº 237º da C.R.P.) e «no Continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas» (Artº 238º da C.R.P.). As regiões administrativas cabe importante papel designadamente na « direcção de serviços públicos e tarefas de coordenação e apoio à acção dos municípios... » (Artº 257º da C.R.P.) e no planeamento «As regiões administrativas elaboram planos regionais e participam na elaboração dos planos previstos no Artº 92º (Artº 258º da C.R.P.). «O sufrágio directo, secreto e periódico constitui a regra de designação dos titulares dos órgãos efectivos da soberania, das regiões autónomas e do poder local» (Artº 118º da C.R.P.).

O não cumprimento de tão importantes preceitos constitucionais constitui uma flagrante inconstitucionalidade por omissão, conduz à governamentalização e centralização da definição e execução das políticas regionais à revelia da vontade democrática do povo do Alentejo e dos seus mais próximos e legítimos representantes, gerando uma situação insustentável num estado de direito democrático.

III
O novo Quadro Comunitário de Apoio/Plano de Desenvolvimento Regional 1994/1999 não pode ser mais uma oportunidade perdida para arrancar o Alentejo do atraso e subdesenvolvimento para que vai sendo atingido por uma política governamental que consideramos contrária aos interesses e necessidades da região.

Os fundos comunitários atribuídos ao Alentejo, que consideramos manifestamente insuficientes, devem ser geridos não por estruturas governamentais e ao serviço de estratégias que ignoram as propostas das forças representativas da região mas por representantes livre e democraticamente eleitos pelos alentejanos, estritamente ao serviço do desenvolvimento económico, social e cultural do Alentejo.

IV
É conscientes da gravidade da situação que vivemos e que em absoluto rejeitamos, e do nosso direito de cidadãos «de tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do País...» (Artº 48º da C.R.P.), que os abaixo assinados vêm por este meio reclamar dos órgãos competentes que intervenham, com carácter de urgência, no sentido de fazer respeitar a Constituição, criar e instituir as regiões administrativas e dar ao povo do Alentejo a possibilidade de escolher livre e democraticamente, de escolher nisto urnas os seus legítimos representantes regionais e de igual modo decidir sobre a política que melhor corresponde aos seus interesses e aspirações.

| Nome | Profissão | Localidade |
|------|-----------|------------|
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

EMBAIXADA DO ALENTEJO 24.SETEMBRO.1994



ALENTEJO

PELA REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



EM MARCHA

Sensibilizar a opinião pública para a grave situação vivida no Alentejo é o objectivo central da embaixada alentejana a Lisboa, no sábado, 24. Promovida pelo Movimento "Alentejo, Pela Regionalização e Desenvolvimento", a jornada inclui a concentração dos participantes no Rossio, às 9h 30, seguindo-se um desfile pela Avenida da Liberdade e uma tarde de confraternização no Parque Eduardo VII

EMBAIXADA A LISBOA, SÁBADO 24 *Set 1994*

• CONCENTRAÇÃO ÀS 9H30 NO ROSSIO • DESFILE PELA AV. DA LIBERDADE • CONFRATERNIZAÇÃO NO PARQUE EDUARDO VII



PELO ALENTEJO



São fortes os argumentos que justificam a iniciativa que o Movimento "Alentejo, Pela Regionalização e Desenvolvimento" promove a 24, em Lisboa. Basta ler a Proclamação, lançada em Março último, para aquilatar das razões deste povo para se movimentar na defesa das suas justas aspirações. Os grandes projectos defendidos há muito e ano após ano adiados, juntamente com as erradas medidas subordinadas às orientações comunitárias, conduziram a região a uma situação de progressiva crise que tem de ser estancada. É grato registar a aceitação pública que está a registar o abaixo-assinado lançado há meses. As milhares de assinaturas individuais e as centenas de adesões de instituições públicas e particulares estimulam os promotores do Movimento e confirmam sem qualquer sombra de dúvida a vontade que os alentejanos têm de ver rapidamente a situação invertida. A embaixada a Lisboa, no dia 24, será uma demonstração e uma chamada de atenção para o governo e a opinião pública do desagrado popular e institucional que invade o Alentejo. O apoio já expresso em toda a região e o entusiasmo que os alentejanos na Grande Lisboa têm manifestado fazem prever uma jornada cívica com peso suficiente para atingir os objectivos propostos. E outras iniciativas se seguirão. O movimento não parará enquanto o Alentejo não tiver o tratamento justo que reclama. Os cantores, a música, o folclore, os fantoches, os artistas, o artesanato e a gastronomia animarão a embaixada, quer no desfile, quer em palco. Os fanés abrir-se-ão no Parque Eduardo VII para um convívio fraterno de gente que sabe o que quer e luta pelo Alentejo. No fim, ficarão as mensagens, petições, propostas, reivindicações. Que cheguem, através da comunicação social, aos ouvidos, até agora surdos, de quem tem poderes para decidir.

GRANDE JORNADA DE CONFRATERNIZAÇÃO

- 9h30 - Chegada e liberação concentração no Avex
- 10h30 - Início do desfile, pelo Avenida da Liberdade, até ao Parque Eduardo VII (fantoches, ranchos cêntis, bandas, comissões organizadoras, sociedades, colectividades, entidades, organizações políticas, etc.)
- 12h30 - Pequeno convívio de Alentejo e dos alentejanos
- 16h30 - Assinatura massal com artistas alentejanos
- 17h00 - Intervenções sobre a situação no Alentejo

PARTICIPA!





DO ALENTEJO VIEMOS. PELO ALENTEJO LUTAMOS.

A FRONTEIRA

Hoje, como ontem, como há muitos anos, voltamos a atravessar o Tejo. Somos vitoriosos na travessia do rio que daqui se avista. Atravessar aquele estremo de água foi, para os alentejanos, passar a fronteira para lá da qual julgavam encontrar a vida negada na sua terra. Por isso a largura deste rio, tem a distância que vai entre um futuro sonhado e o real. Porque foi sempre com o saber antigo de subida no seu próprio país que o povo dos planícies passou esta fronteira.

Mas hoje é um dia diferente. Do Alentejo viemos. Trazemos o pão e o vinho, trazemos os cantares e as músicas. Trazemos a serenidade das nossas campas de searas e montadas, trazemos a cal das nossas ruas como brancos bandeiras de paz. Trazemos até um pedaço do sol alentejano e é com ele que damos calor à nossa embalagem. De tudo isto, da nossa cultura, da nossa história, do nosso modo de olhar a vida, do nosso unidade e da nossa diversidade, é feito o objecto que a Lisboa vitoriosidade e a manifestação de vontade e afirmação junto das órgãos de soberania e opinião pública nacional.

É uma embalagem e uma terra não apenas de alentejanos - dos que vieram e dos que já cá estavam. Esta festa, esta manifestação de cultura e de solidariedade, é de todos os que do Alentejo dizem sim. É uma iniciativa do Movimento de Opinião "Alentejo: pela Regionalização e o Desenvolvimento", promovido pelo Conselho Regional do Alentejo. A sua comissão promotora integra, além do Conselho Regional, os Meses das Assembleias Distritais de Beja, Évora e Portalegre, e os Conselhos Administrativos das Associações de Municípios dos Distritos de Beja, Évora, Portalegre e do Litoral Alentejano.



A MENSAGEM

As embalagens são sempre portadoras de diálogo e expressão de vontade. E trazem também involuntariamente uma mensagem. A mensagem hoje aqui feita, à capital do país, à opinião pública, aos ledores de opinião, ao Governo da República e aos restantes órgãos de soberania é a de uma população cansada de ser marginalizada e ignorada por uma política centralizada. Uma política cega, surda e muda aos interesses da mais vasta região do território nacional: o Alentejo.

Por uma razão, ou por outra, o Alentejo está na moda. Mas nem só pela virtude das coisas boas que tem. Mas frequentemente o nome da região faz coisa boa nos jornais, quase sempre associado à palavra crise. Não nos importamos que falem de nós. Mas bem mais felizes seremos se os conflitos pudessem traduzir realidades diferentes.

O CENÁRIO

O Alentejo está velho e desértico. No estatístico há quatro variáveis parecem crescer: a redução populacional, o envelhecimento dos residentes, o número de desempregados e a percentagem de suicídios. Efectos dramáticos de realidades da região, como a interioridade, a descapitalização dos sectores económicos, a ausência de investimentos e de uma dinâmica empresarial competitiva e activa. As consequências do reformo da Política Agrícola Comum acrescentam a tudo isto um cenário de desastre, com o crescimento do desemprego, terras abandonadas e desvalorizadas e empresas atingidas em dívida.

O mundo rural alentejano vive uma situação

de desespero sem paralelo nos últimos 20 anos. Enquanto a agricultura da região agoniza, estrangulada por uma política incapaz de, na prática, reconhecer nela a sua importância e do cenário económico do Alentejo, o país conspice estrangulado mais de 70 por cento do que comia. As poucas e fráguas indústrias agro-alimentares fecham as portas. As terras agrícolas tornam-se desocupadas. Os trabalhadores rurais seguem os incertos caminhos da emigração ou anistam uma desumana condição de desempregados, no longo espera por um sistema tarde a mudar. Para vergonha e condenação dos governantes, a fome e a penúria, que à 25 de Abril parecia ter expulso definitivamente das aldeias do sul, volta a bater à porta das casas alentejanas.

Oscuros minerais da região são explorados segundo uma lógica colonial. Uma lógica que não incentiva, a montante e a jusante dos empreendimentos em curso, o despertar de uma rede de micro-empresas capaz de alimentar sinergias, diversificar a oferta de produção e serviços, criar emprego.

Deixam-se no Alentejo os serviços de saúde e as condições no ensino. Encerram-se zonas ferroviárias. Desactivam-se redes viárias. Marca passo o abastecimento de novas estradas. As poucas aldeias vivem-se cada vez mais semelhança à miséria. Cresce o isolamento em torno das comunidades rurais.

Muitos aldeões alentejanos, completamente infra-estruturados pelos autarquias, são hoje supostos cidadãos rurais. Cada vez mais a criança e o jovem, a gente em idade activa para trabalhar, são deslocados de noite, habitados quase exclusivamente por idosos que, longe das filhas e dos netos, refugiam-se nos que mais cedo, agostam de piano e de hélio, sobrevivendo a tudo com a firmeza que nem chegam para pagar a fatura.





verbas fixadas para o Alentejo serem manifestamente excessivas, esta preocupação central. De recursos financeiros agora liberados pela União Europeia não deverão ser mais uma oportunidade perdida para avançar a região do atraso e do sub-desenvolvimento para onde tem sido dirigida. O Quadro Comunitário de Apoio deverá integrar a cobertura das carências fundamentais da região. Por isso, além do investimento económico, é fundamental o investimento político no apoio ao desenvolvimento integrado e sustentável de uma região que quer continuar a existir.

“A QUESTÃO-CHAVE...”

O desenvolvimento do Alentejo jamais pode passar ao lado do seu maior e mais evidente recurso endógeno: a água. É o próprio Ministério do Planeamento e da Administração do Território a reconhecer esta realidade quando, no RDR 94/99 dá «a questão-chave dos problemas estruturais do Alentejo está na terra, no estufado de posse e de uso a que correspondem baixas níveis de produtividade da grande parte das produções agrícolas, sobretudo as cerealíferas, sendo já frequente o abandono das culturas. Espere-se que a constatação desta realidade não sejam apenas palavras para Bialésis, mas correspondam ao acionador de mecanismos tendentes a dar-lhe solução. É, assim, imperioso que o Governo saiba criar condições para não deixar a agricultura - coluna vital do tecido económico regional.

...E A ÁGUA

Basta talvez acrescentar à frase sublinhada pelo senhor ministro do Planeamento e da Administração do Território o seguinte: a questão-chave dos problemas do Alentejo está na terra com água. Porque sem ela não há recuperação nem modernização agrícola nenhuma. Por isso o barragem de Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo ocupam, nesta perspectiva, um lugar central, embora não exclusivo, no desenvolvimento regional alentejano.

A alternativa ao sequêto passa pelo aproveitamento de Alqueva. Ele pode transformar a paisagem criando novos paisagens e patrimónios. Pode contribuir fortemente para a mudança de vida nos campos do Sul. Pode segurar gentes e povoaç. Lugares. Trará também novas dinâmicas económicas e sociais ao quotidiano rural do Alentejo.

Sem água a região está condenada. A falta de água no Alentejo, parte fundamental do seu processo de desenvolvimento, tem ocupado gerações de estudiosos e de estadistas, pelo menos desde o século XVIII. Está agora criada a oportunidade histórica de, finalmente, se iniciar a sede a região. A obra de Alqueva, que não deverá ser mudada dos sub-sistemas destinados à irrigação e abastecimento da região excecção do Guadiana e do Alentejo Central, mas beneficiar por igual toda



a região, só para por banda. Como tudo começa a ser a sua execução. É indispensável avaliar desde já com a elaboração de um plano integrado para o aproveitamento de todas as potencialidades criadas com Alqueva. Devem ainda ser definidos com urgência os eixos estratégicos a implantar, por forma a proceder-se de imediato à reconversão e aproveitamento dos perímetros de rega já existentes, à avaliação da capacidade industrial da região e à sua necessária reestruturação e modernização.

Na água e na introdução do regadio, na manutenção do sequêto justificado, nas agro-indústrias, nas culturas de matriz mediterrânica como o pão, o vinho e o azeite, reside boa parte do desenvolvimento do Alentejo. Não é fácil para se iniciar a necessária investigação e experimentação e a indispensável formação integrada de quadros, trabalhadores e agricultores para o que é necessário um trabalho em profundidade envolvendo os diversos graus de ensino, instituições de investigação agrícola e estabelecimentos de formação profissional e os diferentes agentes e parceiros sociais.

A REGIONALIZAÇÃO

O combate com que a região quer ganhar o futuro não pode igualmente deixar de lado os recursos humanos e técnicos, os nichos económicos, o artesanato, e nisso precisa património monumental, psicológico e cultural, a hospitalidade das raras gentes, a gastronomia e a cultura, os produtos regionais de qualidade. Todos eles são indispensáveis ao desenvolvimento económico, social, cultural e turístico do Alentejo.

Mas também a investigação científica, a formação técnica e profissional inteligente e adaptada às necessidades e capacidades da região, um sistema de ensino universitário e dirigido ao saber-fazer, ao fazer-saber, ao saber-estar e ao saber-entender são vitais para a viabilidade política dos dirigentes desta região.

Toda a regionalização, a institucionalização das regiões administrativas com alguma autonomia financeira é instrumento de maior importância para o desenvolvimento. É fundamental na aplicação de uma política de coesão económica e social, de combate às desigualdades e de efectiva utilização do país. É decisivo para pôr o interior e o rural a andar pelo mesmo passo.

O combate à instabilidade do Alentejo passa pela delegação da região com órgãos de autonomia capazes de, com visibilidade, decidir acerca dos grandes desafios que ao desenvolvimento do Alentejo dizem respeito.

Ao contrário das afirmações do senhor primeiro-ministro a institucionalização das regiões administrativas não é mais caso para o país. O que é caso é a manutenção das Comissões de Coordenação Regional e dos aparelhos burocráticos e delegados.

Quando falamos em regionalização e na criação de regiões administrativas não estamos a pedir a sua. As regiões administrativas estão instaladas



no novo lei fundamental, a Constituição da República. Elas são o terceiro nível das estruturas locais que falta criar. Há 18 anos que aguardamos o cumprimento deste preceito constitucional. É uma situação estranha a um Estado de direito esta demora em dotar as regiões dos instrumentos constitucionais necessários ao seu desenvolvimento equilibrado e harmonioso. Também nada mais tarde, vinte anos depois de Abril, é preciso que Abril se cumpra e a Constituição se respeite.

O MOVIMENTO

A criação das regiões administrativas foi como o regresso na Constituição da República a uma das questões centrais da proclamação aprovada por unanimidade pelo Conselho Regional do Alentejo em Março de 1981.

Dava-se assim o primeiro passo para a criação do movimento de opinião «Alentejo, pela regionalização e desenvolvimento». É um vasto movimento integrado por milhares de pessoas individualmente consideradas, mas também por entidades de natureza natural, por além das muitas associações locais de carácter cultural, formaram-se o seu adesão ao movimento de opinião mais de 200 órgãos autárquicos e mais de 250 colectividades de recreio, desporto e cultura, organizações sociais e associativas, clubes, bandas e grupos corais, instituições económicas e instituições civis. O movimento continua a crescer.

Muito brevemente será realizada uma assembleia de aderentes do movimento de opinião «Alentejo, pela regionalização e desenvolvimento» da qual não deixarei de salientar propostas para a obtenção dos objetivos maiores que nos movem e aqui nos faziam o desenvolvimento da região. Neste objetivo estão imbricadas todas as sensibilidades regionais, independentemente das suas ideias, ilações ou simpatias. Uma só razão nos move o desenvolvimento do Alentejo.

É toda uma região, a mais vasta do país, na sua unidade e na sua diversidade, a estar assim, fora de abandono e de esquecimento por parte do poder central. Basta de sub-desenvolvimento. Basta de decisões tomadas à revelia das realidades da região.

Mas não nos temos o interesse egóico de uma região visado pelo o seu próprio umbigo. O Alentejo é a grande região nacional, onde não faltam terra e espaço para receber gentes, onde não faltam recursos para sustentar o seu desenvolvimento. Um povo não está de saúde se um dia seus elementos estiverem doentes. Portugal não atoveceará a base do próximo século como país social e economicamente desenvolvido se o Alentejo continua uma região deprimida, envelhecida e desvirtuada. O país só tem a ganhar com o desenvolvimento do Alentejo.

O Alentejo e de sua força vital estão abertas a todas as formas de diálogo com poder central para em conjunto se acharem soluções e medidas para a região. Coesão é a ideia-chave que nos anima, desde que integramos os interesses do povo alentejano e do seu região.



DIA 10 DE DEZEMBRO EM BEJA

ASSEMBLEIA-GERAL DE ADERENTES

A Assembleia Geral de Aderentes ao MARD (Movimento ALENTEJO pela Regionalização e Desenvolvimento) foi marcada para o dia 10 de Dezembro, em Beja, no Salão do Bombeiros Voluntários.

Numa reunião realizada no passado dia 11, em Évora, a Comissão Promotora do Movimento definiu o programa da iniciativa, marcando para as 11 horas uma acção de animação cultural e para as 14.30 horas o início dos trabalhos da Assembleia.

Entretanto, vão continuar as audiências pedidas a diversas entidades regionais e nacionais. Até agora os representantes do Movimento foram recebidos pelos Bispos de Beja e Évora, Provedor de Justiça e Federação Distrital do P.S. do Baixo Alentejo. Foram também efectuadas no dia 17 do corrente, audiências com a Comissão Parlamentar de Administração do Território, Equipamento Social, Poder Local e Ambiente, em representação do Presidente da Assembleia da República e ainda os Grupos Parlamentares do P.C.P., do P.S. e do C.D.S.

A campanha de recolha de assinaturas de adesões continua, registando-se neste momento cerca de 19.000 assinaturas individuais e cerca de 520 de entidades autárquicas, económicas, sociais e culturais.

Beja, Novembro de 1994
A Comissão Executiva

É esta grande terra, esta terra grande de pais e de filhos, que coopera com todos na construção do seu futuro. O alentejano não quer continuar a ser um exilado no seu próprio país.

Eu, meus amigos, a todos por que hoje voltamos a atravessar o Tejo.

Discursos proferidos por João Rocha, por ocasião do embalsamento de ALENTEJO a Lisboa em 24 de Setembro de 94



O ALENTEJO
MERECE
O TEU NOME.



ALENTEJO

PELA REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



Nº 2 - DEZEMBRO DE 1994



EM FRENTE

O movimento está a crescer. A embaixada a Lisboa de 24 de Setembro teve os efeitos esperados, embora alguma comunicação social, incluindo a regional, omitisse ou deturpasse a iniciativa. Uma forma de censura cujos objectivos ultrapassam a compreensão de qualquer alentejano sensível aos problemas da sua terra.

Foi, de facto, um dia grande para o Alentejo. A representatividade de quem compareceu (autoridades, colectividades, entidades públicas e particulares de toda a região), a animação que durante horas teve a Avenida da Liberdade, o convívio fraterno no Parque Eduardo VII e o teor das intervenções proferidas pelos promotores do Movimento revelaram a vontade que este povo tem de ver resolvidos os seus problemas. Uma jornada cívica exemplar em que prevaleceram a ordem, a disciplina e a firmeza na luta por uma coisa justa. Novas acções foram anunciadas: estão em curso audiências com personalidades e instituições de vários sectores da vida nacional.

As adesões em termos individuais ou colectivos multiplicam-se. As divergências de ordem partidária estão a ser aplanadas. Começa a perceber-se a correcta intenção dos promotores do Movimento. A aglutinação de todas as vontades é essencial e é possível.

A assembleia geral de aderentes a realizar em Beja no dia 10 de Dezembro vai, certamente, confirmar que, acima das diferentes opções ideológicas, estão os supremos interesses do Alentejo.

OS NÚMEROS

O poder local vê-se duplamente afetado financeiramente por uma política centralista e populista, em viés de Estado para liberar as energias criadoras de cada uma das regiões do país. Em primeiro lugar pelo sistêmico não cumprimento da Lei das Finanças Locais por parte do Governo. Em segundo lugar pela transferência de competências para as autarquias, sem as indispensáveis contrapartidas financeiras. O Governo desenvolve assim uma estratégia de terra, visando esfriar a autonomia local.

Em vez de se deparar o processo de regionalização do continente, com a criação das regiões administrativas consagradas na Constituição da República, o Governo concentra serviços, avulsa competências e organismos que estavam descentralizados e entrega à Comissão de Coordenação da Região do Alentejo - entidade totalmente governamentalizada, não sujeita ao voto das populações - poderosos recursos para cuja aplicação as legítimas representações da região não são ouvidas, nem afetadas.

Estes são algumas das razões a explicar a continuada fuga de gentes do Alentejo. Só nos últimos dez anos cerca de 40 mil alentejanos foram obrigados a deixar a sua terra. E mais 15 mil, de acordo com projeções oficiais, deverão seguir o mesmo caminho até ao ano 2000, se as tendências aqui apontadas não forem invertidas.

A densidade populacional do Alentejo é de cerca de 20 habitantes por quilómetro quadrado. É a maior e mais despovoada região do país. Mas mais grave é ser esta uma tendência em crescimento: na última contagem da população somente quatro concelhos, dos 47 que o Alentejo tem, registaram aumentos demográficos. Em todos os restantes a sangria continua. Todos os dias há gente a sair da região. Todos os dias o Alentejo fica mais pobre de recursos humanos.

A natalidade cai e a mortalidade sobe. A este ritmo, num destes dias o Alentejo não passará de um deserto, onde só povoações equipadas com todas as infra-estruturas mas sem vida alguma dão aos astrónomos do futuro que em tempos viverem aqui pistas. Pessoas que obtêm por ter tido a luz, por parte dos governantes, a vontade de pôr em prática uma autêntica política de desenvolvimento regional, de raiz humana e aberta ao sentimento do povo que aqui viveu. Se não acontecer ninguém acusa os alentejanos de falta de popularidade e de ausência de indicações para o desenvolvimento da sua terra. Seja isto neste contexto de castidade quem não quer ver, quem não quer ouvir, quem se recusou a dialogar e a fazer.

O RESULTADO

Um terço do território nacional e mais de meio milhão de portugueses são assim conduzidos



para uma situação dramática e desumana. É o resultado de uma política de marginalização dos mais diretamente interessados. Ignorando os seus propósitos, sugestões e aspirações, uma política que acentua as assimetrias regionais entre o litoral e o interior, a tal ponto que, como um dia observou um conhecido jornalista, o pé qualquer dia cai do mar.

Para os jovens a futuro é um horizonte pintado de negro. Por isso abalam. Por isso envelhecem e se desertificam o Alentejo. Isto não é, porém, nem uma fatalidade, nem a vontade dos deuses. É o resultado de políticas não só contrárias, mas, por vezes, mesmo agressivas relativamente à uma região e a populações que não querem obedecer, que não querem a morte das suas terras que querem trabalhar, que querem produzir, o que muito que o país necessita.

Inverter uma situação assim, travar as tendências que arrastam o Alentejo para o abismo, é o desafio que a final deste século levanta. E levanta-o, em primeiro lugar, ao Governo - entidade responsável pela política estruturante do país e outras ordens de soberania.

A DINÂMICA

O poder local saído do 25 de Abril já demonstrou, em todos os níveis da sua intervenção, querer o desenvolvimento do Alentejo. A dinâmica das autarquias, em estreita comunhão com os interesses e aspirações das populações, tem contribuído fortemente para o desenvolvimento do Alentejo nos domínios onde pode intervir. O Alentejo mudou muito nos últimos vinte anos. E o que de positivo se verifica nessa mudança tem a não das autarquias. O poder local já fez muito em matéria de desenvolvimento. É hora de o poder central fazer seguir o exemplo e fazer também alguma coisa pelo desenvolvimento da região. O Governo não pode, nem deve, secar a água do copete.

E pode o poder central estar certo da vontade das autarquias em com ele colaborar na tarefa de arrancar o Alentejo do sub-desenvolvimento.

Fazer a população alentejana dos seus locais de pertença pária, antes de mais, por uma política de criação de emprego - prioridade número um no processo de desenvolvimento da região. Os alentejanos querem trabalho. Querem participar com a sua inteligência, a sua força e a sua vontade, no desenvolvimento da região e do país. Ao pé do Alentejo repugna andar de chapéu na mão ou de mão estendida. Mão estendida sim, mas para oferecer, não para mendigar.

Criar emprego, diversificar a oferta de trabalho estável - eis o que em primeiro lugar a região precisa. Mas não há milagres. Pode e deve investir. O novo Quadro Comunitário de Apoio/ Plano de Desenvolvimento Regional para 1994 a 1999 deve contemplar, apesar das



UM GRITO

António Borges Coelho*

Escorre, Alentejo e vejo terra a vermelho e negro com o branco do cal. Vermelha do barro, do sangue, dos rabinhos descoroados, Negro do ferro, do suor das mulheres, do fado e das chapeus dos homens, Negro de fome. O branco está nos muros e na dignidade da gente. Homens que não tem o chapéu por substituição aos óculos. Mulheres que cantam abraçadas, homens.

Digo Alentejo e o som alonga-se pelos campos, curva o fado das espigas, batucada e vai rolar dos grêmios. É grande o ferro, grande, quase uma Holanda, um terço do Portugal.

Nos primórdios da Nacionalidade chamavam-lhe Arte Tejo e Odessa, isto é, Terra entre os Rios, dos moinhos que agora giram de sede. É uma sede de água e de justiça e que nos chega da terra moessa de Sampa que Adriano cantava.

Como se fosse terra de mouros, espelham os seus filhos e filhas para as cidades e os campos do Mundo. E afinal nesta terra se garante mais que uma vez a sobrevivência de Portugal. Aconteceu nos Açores, na ilha de São Miguel, no Alentejo, e na América, nos Montes Claros, nas Linhas de Évora. E nas batalhas pela liberdade e a cidadania? Houve outra região que tenha dado mais a Portugal?

Escorre Alentejo e vejo a terra vermelha e negra a perder o branco do cal nos oleiros abandonados. E grilo. Não quero ver de novo camponeses presos e espancados por apertar botão para meter o fado. Quero ver a luz sobre a cal e o barro.

*Hulstador

BASES DE UMA PROPOSTA

"É com a abertura total do diálogo, com os diferentes órgãos de soberania, mas determinados em não aceitar mais a sombra e indiferença perante a grave situação que vivemos na Alentejo e pela qual não somos responsáveis, que a comissão promotora, decidiu organizar esta nossa grandiosa e representativa embaixada do Alentejo a Lisboa para apresentar aos órgãos de soberania e à opinião pública nacional as bases de uma proposta para o desenvolvimento do Alentejo" - afirmou Abílio Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Évora e da Comissão Promotora do "Movimento de Opinião", momentos antes de divulgar o referido documento.

1. Elaboração de um Plano Integrado de Desenvolvimento do Alentejo com forte peso da componente agrícola, que promova as diversas potencialidades e especificidades regionais.
2. Definição de uma política de posse e uso da terra, tendo presente o Plano da Rega do Alentejo, que garanta o seu estado na aproveitamento económico, sem deixar de ter presente, a sua função social, condição essencial para um clima de estabilidade e paz social.
3. Definição de Bases económicas de base regional, designadamente, as agro-climáticas (em regime de extensificação e intensificação), hortícolas de primores, culturas permanentes, decorantes duma nova realidade agrícola e purlas como as extractivas, de matérias, de floresta, de pequena escala com demarcação de origem, turismo e terciário superior.
4. Acelerar as obras da Alqueva e a implementação do Sistema de Rega do Alentejo, alargando a área de regadio à margem esquerda do Guadiana e Alentejo Central.
5. Concessão urgente de linhas de financiamento bonificadas e de incentivos ao investimento nos setores económicos e sociais da Região.
6. Incrementar um plano de investimento, especial em obras públicas de inegável necessidade e urgência na Região, por forma a observar a mão-de-obra disponível, com destaque para a constituição de barragens e respectivos sistemas de rega e abastecimento, rede viária e ferroviária.
7. Conclusão de toda a rede de vias que constituem as acessibilidades da Região (P2, E77, E8, IC13 e demais traços complementares - Vila Real de Santo António - Beja ao IP2, ligação de Sines a Évora. Nos atos favoráveis a ligação Sines-Évora-Estremoz, Portalegre-Evora-Beja. No melhoramento e utilização do Aeroporto de Beja, nos Aeródromos de Évora, Portalegre e Sines/Santiago do Cacém. Adaptação dum Terminal de carga geral, no Porto de Sines.
8. Retirar as verbas do PDR para o Alentejo e incluí-las nos programas setoriais do mesmo de investimento, num verdadeiro espírito de solidariedade nacional e coesão económica e social.
9. Garantir formação profissional adequada a uma nova agricultura e agro-indústrias subjacentes, de modo a reconvocar os trabalhadores desempregados, instituir um rendimento mínimo de subsistência, garantir o subsídio de desemprego a todos os que ficam involuntariamente desempregados.
10. Retirar as dotações financeiras do Poder Local cujo volume se têm vindo a agravar e instituir as Regiões Administrativas constitucionalmente previstas.

A FOME

Cláudio Torres*

Aquela secina de ossos num sol escaldante com um punhado de apertosa e dignas bolotas do chão. Era a fome dos portões e searas que apenas tinham de tropeçar para dar pão. Era uma fome total e silenciosa como a sede da chaceira. Era a fome antiga, a grande fome do velho Alentejo.

Em tempos perdidos, em tempos de guerra, as primeiras investidas de Francos e Salazar da "tecnocrata" introduziram novos métodos de posse e manejo das terras que, de forma inevitável, iniciaram o processo de desertificação do antigo sistema agrícola mediterrânico. É impossível, por isso, no próprio acto da conquista inicial, o novo sistema feudal que, nos territórios do Alentejo, sem favorecer alguns grandes senhores e principalmente a poderosa Ordem de Santiago. São lançadas as melhores terras de antigas hortas e pomares para uma prolongada monocultura do trigo e abertos os grandes campos da transumância para a concentração de milhares de cabeças de gado nos grandes invadidos dos campos de Ourique.

A fome dos homens da terra continua depois dos emporcamentos liberais e agrava-se com as campanhas de fogo de salmoura. Num inverno mau de searas que alimentavam o comércio urbano, aqui e ali, entre as grandes herdades, ou em recantos mais agrestes das pequenas vales serradas, sobrevivem algumas pequenas hortas de fava e grão, duas figueiras e quatro videiras para um povo, que aguardam a criar os filhos e a passar a vida de Vento.

Tão basicamente como uma tempestade, este fome e posição equilibro é quebrado pelos ventos de Abril, que trazem a grande esperança de que tudo vai mudar. Chega a festa em que, pela primeira vez na história do Alentejo, é possível fazer e comer o que dá a força insuperável.

A alegria faz parte de pouco dano. Os senhores da terra voltaram com odio e vingança. Os últimos bractos são apertados das suas colinas de capim. As pequenas hortas de sobrevivência são lavadas pelas javadas e os últimos painéis plantados de eucaliptos.

A fome é agora mais dura do que de que nunca porque já se provou do fruto proibido, já se conhece o gosto de comer.

Assistindo impotente ao mais desapidado massacre do património agrícola das nossas paisagens mediterrânicas, quando o mais fino capitalismo liberal destrói equilibrios milenares e tenta apagar os restos de uma memória colectiva ainda capaz de identificar as diferenças regionais e locais, só resta aos alentejanos a dignidade de uma feita inventada e de um dia diário onde talvez se possa ainda vislumbrar um lampejo de revolta.

*Arqueólogo/director
do Campo Arqueológico de Mértola

1ª ASSEMBLEIA DE ADERENTES DO MARD – 10.12.1994 - BEJA





ALENTEJO

PELA REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
ASSEMBLEIA DE ADERENTES - BEJA - 10/12/94



**Proposta
para
o
desenvolvimento
do
Alentejo**

pode ter resultados em áreas com dinâmica empresarial, peso político, poder para influenciar as decisões, etc. Não é seguramente suficiente para uma região que praticamente não tem tecido empresarial, que se caracterizou desde sempre pela falta de iniciativa, que está empobrecida, que não tem recursos humanos, que não tem, em suma, condições para competir com as outras regiões do País e da comunidade na captação de investimentos e apoios ao desenvolvimento.

Mesmo sem a ostensiva marginalização de que tem sido alvo, a capacidade da região é já tão débil que, em igualdade de condições perante as outras regiões o Alentejo sai sempre a perder. A afirmação dos governantes e dos seus representantes regionais acerca da disponibilidade de apoios, desde que apareçam os projectos e as ideias é, portanto, falaciosa.

O Alentejo necessita de um fortíssimo empenhamento político nacional e de uma política diferente para o seu desenvolvimento.

3. A intervenção das autarquias

As autarquias, com os recursos que conseguem mobilizar, tem feito um esforço desesperado para colmatar as falhas do poder central. Além dos investimentos na melhoria das condições de habitabilidade, nas infra-estruturas básicas, nos equipamentos sócio-culturais e desportivos, os municípios tem feito esforços importantes na promoção do desenvolvimento:

- Apoio ao investimento privado: infra-estruturas, zonas industriais, promoção das actividades económicas; serviços de apoio aos investidores (Gabinetes de desenvolvimento, ...); associação com investidores privados, etc.;
- Esforços para encontrar alternativas e mobilizar meios para o desenvolvimento: Elaboração de planos de desenvolvimento, propostas, movimentações e reivindicações ao, etc.)

De todas as acções assumem particular importância a elaboração de planos integrados de desenvolvimento para partes da região (distritos de Évora e Beja), cujas conclusões e propostas não foram contestadas, tendo mesmo recebido a concordância da generalidade das entidades regionais.

A verdade é que os municípios assumiram, com estas acções, um protagonismo e uma competência que não lhes cabem, colmatando a omissão das entidades competentes e

apresentando propostas coerentes e adequadas, Vêem contudo o resultado desse trabalho ser tomado como irrelevante e sem importância.

4. Um modelo de desenvolvimento para o Alentejo

Alguns elementos fundamentais para uma estratégia de desenvolvimento da Região:

Criação e instituição das Regiões Administrativas.

A criação e instituição das Regiões Administrativas, além de ser um imperativo constitucional, inaceitavelmente adiado, é um instrumento fundamental para ultrapassar alguns dos constrangimentos ao desenvolvimento da região.

A mobilização das capacidades endógenas, a afectação de recursos de acordo com as carências, prioridades e estratégias de desenvolvimento da região e a participação dos agentes regionais exigem a criação e instituição das Regiões Administrativas.

A melhoria das infra-estruturas de transportes e das telecomunicações.

A concretização do Plano Rodoviário Nacional, a melhoria da rede viária de nível regional e municipal e a modernização da rede ferroviária são essenciais para a melhoria das acessibilidades e da capacidade da região para atrair investimentos.

O desenvolvimento e consolidação da base económica regional, promovendo o reforço das interdependências sectoriais segundo uma lógica de fileira (Agricultura e floresta, turismo, recursos minerais)

Concretizar o empreendimento de Alqueva implementando as diferentes valias e criando os mecanismos adequados para garantir uma exploração integral e eficaz desse empreendimento.

Incentivar o melhor aproveitamento dos regadios existentes;

Promover medidas adequadas à racionalização do sistema agrário com vista ao aumento da sua competitividade (adequação das explorações, do sistema de investigação agrária,

Meus caros amigos:

Na qualidade de presidente do Conselho da Região Alentejo e em nome da Comissão Promotora do Movimento Alentejo pela Regionalização e o Desenvolvimento/MARD, quero saudar todos os presentes nesta 1ª Assembleia do MARD - representantes de instituições e organizações aderentes, de partidos políticos, deputados e outros convidados que, com a sua presença e participação contribuem para que se possa afirmar desde já que a nossa 1ª Assembleia constitui um inegável êxito e um importante momento de reafirmação da vontade que nos anima de juntos prosseguirmos a nossa intervenção pelo progresso e o bem estar da terra onde vivemos, pela Regionalização e o Desenvolvimento do Alentejo.

Um agradecimento também à Comunicação social aqui presente e o apelo para que façam chegar ao País o seu testemunho sobre esta importante realidade que é o Movimento Alentejo pela Regionalização e o Desenvolvimento - MARD, que conta hoje com a adesão de mais de 520 instituições e organizações económicas, sociais e culturais do Alentejo, para que divulguem os seus objectivos e propostas para arrancar o Alentejo da grave crise para que vem sendo conduzido, travar e inverter as tendências de desertificação, envelhecimento e desemprego massivo que caracterizam a actual situação. Situação que energeticamente condenamos e frontalmente rejeitamos como se fosse uma fatalidade.

É preciso dizer ao País que o Alentejo tem muito para lhe dar do muito que lhe falta e que no Alentejo há hoje um forte e representativo movimento - o MARD - onde pessoas das mais diferentes tendências políticas, sensibilidades e correntes de opinião, decidiram pôr de lado diferenças que as separa para unir esforços e vontades no sentido de reclamar aos órgãos de soberania competentes que cumpram com as suas obrigações, ponham termo à política que vem sendo praticada e que está a conduzir o Alentejo a um beco sem saída e para que no respeito pela Constituição da República se criem e instituem as Regiões Administrativas por forma a pôr fim à discriminação de que o Alentejo é vítima e se dê aos alentejanos a

oportunidade de livre e democraticamente escolherem os caminhos que conduzam ao desenvolvimento equilibrado e harmonioso da região.

Um agradecimento ainda às bandas e fanfarras que participaram no desfile de hoje assim como à direcção dos Bombeiros Voluntários de Beja pela cedência das suas instalações, à Câmara Municipal de Beja e à Associação de Municípios do Distrito de Beja por todo o apoio dispensado.

A todos o nosso obrigado.

Caros Amigos:

Duas principais razões nos levaram a realizar esta nossa 1ª Assembleia do MARD.

A primeira, dar-vos conta das diligências efectuadas na sequência da nossa magnifica Embaixada a Lisboa. A segunda colocar à Vossa apreciação um conjunto de ideias e propostas para nossa intervenção futura.

Atendendo no entanto ao muito que se tem dito e escrito no sentido de confundir a opinião pública sobre a génese do MARD gostaria antes de mais de lembrar, esclarecer e reafirmar o seguinte:

O MARD não é o resultado da vontade estrita de um pequeno grupo, de uma instituição ou de uma força politica determinada. A ideia de criar um Movimento no Alentejo foi, como muitos dos presentes estarão recordados, lançada no Congresso do Alentejo realizado em Elvas em 1989.

O MARD surge por iniciativa do Conselho da Região Alentejo que para o efeito convocou uma sua reunião extraordinária com as Mesas das Assembleias Distritais de Beja, Evora, Portalegre e os Conselhos de Administração das Associações de Municípios de Beja, Evora, Portalegre e Litoral Alentejano onde, por unanimidade, foi aprovada a proclamação e lançado o abaixo assinado do Movimento.

As razões que levaram a esta iniciativa foi a constatação, por parte do Conselho da Região de que a situação no Alentejo, apesar dos discursos otimistas do Governo, se vinha degradando ano após ano e que as verbas insuficientes e as medidas apontadas para o 2º Quadro Comunitário de Apoio/PDR 1994/99, estavam longe de corresponder às necessidades do Alentejo.

O próprio PDR reconhecia e reconhece que até ao ano 2000, a prosseguir a mesma política, mais de 15 mil alentejanos serão obrigados a abandonar o Alentejo a exemplo do que sucedeu nos últimos 10 anos a mais de 40 mil alentejanos. Não se trata como por vezes se ouve dizer de um discurso miserabilista ou catastrófico mas de uma constatação feita pelo aparelho governamental.

Foi, conscientes da gravidade da situação, caracterizada ainda pelo envelhecimento, a desertificação, um desemprego estrutural de mais de 40 mil pessoas, apesar da migração e emigração verificada e dos quais mais de 25 mil sem receberem subsídio de desemprego, uma agricultura agonizante e um mundo rural mergulhado numa crise sem paralelo nos últimos 20 anos enquanto o País importa 70% dos produtos agro-alimentares que consome; um sector mineiro em crise; serviços de saúde em degradação; más condições de ensino; redes viárias a serem desclassificadas, ramais da CP a encerrar e transportes rodoviários a serem reduzidos e desmantelados; um poder local a ser asfixiado financeiramente pelo não cumprimento da Lei de Finanças Locais por parte do Governo, que só em 1993 retirou mais de 13 milhões de contos aos municípios do Alentejo; transferência de novas competências para as autarquias sem as respectivas contrapartidas financeiras; ausência das regiões administrativas; governamentalização da gestão dos fundos comunitários e marginalização do Poder Local e outros agentes da definição da sua aplicação; que o Conselho da região, Mesas das Assembleias Distritais e Conselhos de Administração das Associações de Municípios, enquanto entidades representativas e empenhadas na resolução dos problemas, consideraram a situação existente no Alentejo como uma afronta aos alentejanos e uma fonte crescente de desprestígio e descrédito das instituições inaceitáveis num Estado de direito democrático.

O MARD não é nem tem qualquer pretensão de vir a ser um partido político nem tem como objectivo interferir na necessária e indispensável intervenção destes na sociedade.

O MARD não é um movimento anti-governamental mas sim um movimento contra a politica que está a ser praticada no e em relação ao Alentejo seja por este ou por qualquer outro governo.

O MARD é um movimento aberto a todos, sem excepções nem exclusões, e os seus objectivos estão claramente expressos na sua proclamação e outros documentos publicamente difundidos que se consubstanciam nesta ideia fundamental: **A REGIONALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO ALENTEJO.**

Caros Amigos:

É com profunda alegria que hoje, decorridos pouco mais de oito meses da decisão de promover o Movimento Alentejo pela Regionalização e o Desenvolvimento e apesar das dificuldades que algumas vozes, felizmente poucas, alheias aos interesses do Alentejo e dos Alentejanos, lhe procuraram criar, podemos afirmar que o MARD, como aliás o testemunha esta importante e representativa Assembleia, constitui uma realidade cujo prestígio e influencia crescem diariamente e cujas acções não só têm tido uma adesão e êxito inegáveis como têm contribuído para chamar a atenção da opinião pública do país e para a sensibilização de instituições, organizações e cidadãos alentejanos em geral para a necessidade de agirem certos de que, com a sua acção, é possível arrancar o Alentejo da grave crise que atravessa.

As acções do MARD têm constituído igualmente um importante meio de divulgação desta ideia fundamental: O Alentejo é uma região com grandes potencialidades, o Alentejo há muito que tem propostas e gente capaz de as realizar, assim haja vontade política por parte do Poder Central para o fazer.

As mais de 520 instituições e organizações já aderentes ao MARD - Câmaras e Assembleias Municipais, Juntas e Assembleias de Freguesia, Organizações Sindicais e de Agricultores, Colectividades, Clubes, Instituições Bancárias, de Saúde, Ensino, Bombeiros, Reformados, Defecientes, etc. de todo o Alentejo -, as mais de 20 mil assinaturas individuais e colectivas já recolhidas, a inédita Embaixada a Lisboa em que para além dos mais de mil representantes das mais diversas instituições e organizações participaram dezenas de bandas, ranchos, fanfarras e grupos corais que durante cerca de 4 horas encheram totalmente a Avenida da Liberdade onde em nome do Alentejo chamaram a atenção da opinião pública nacional e dos órgãos de soberania para a vontade e determinação dos alentejanos em agir contra a grave situação existente no Alentejo, pela Regionalização e o Desenvolvimento dão nota da importância, grandeza e dinamismo do Movimento.

Os dez pontos que constituem as Bases de uma Proposta para o Desenvolvimento do Alentejo então apresentadas deixam claro o propósito que anima o MARD de intervir de forma construtiva no sentido de lançar o Alentejo na senda do progresso e do desenvolvimento de maneira a garantir a todos os alentejanos uma vida digna e melhor.

1- Elaboração de um plano integrado de desenvolvimento do Alentejo com forte peso da componente agrícola, que promova as diversas potencialidades e especificidades regionais.

2- Definição de uma política de posse e uso da terra, tendo presente o Plano de Rega do Alentejo, que garanta o seu racional aproveitamento económico, sem deixar de ter presente a sua função social, condição essencial para um clima de estabilidade e paz social.

3 - Definição de fileiras de base regional, designadamente, as agro-alimentares (em regime de extensificação e intensificação), horticultura de primores, culturas permanentes, decorrentes de uma nova realidade agrícola e outras como as extractivas, de montado, de floresta, de pequena escala com denominação de origem, turismo e terciário superior.

mobilizar novos aderentes por forma a que o MARD seja aquilo que certamente todos desejamos: um grande espaço de encontro de todos aqueles que de boa fé desejem intervir pelo progresso e bem estar do Alentejo e dos Alentejanos, pela Regionalização e o Desenvolvimento do Alentejo.

Viva o Movimento Alentejo pela Regionalização e o Desenvolvimento

Viva o Alentejo

10/12/1994

ALENTEJO

deseja festas felizes

Do tempo nasce o rio

Da riua nasce a flor

Da flor nasce a Virgem

Da Virgem o salvador.

Qualquer filho de homem pobre

Nasce numa boa cama

Só tu, ó meu Deus, Maria

Nasceste numa cabana

Composição: António Pacheco
de Medalha de Honra - Grande Mestre

PELA REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

1

9

9

5

Janeiro

| | | | | | |
|---|---|----|----|----|----|
| S | 2 | 9 | 16 | 23 | 30 |
| T | 3 | 10 | 17 | 24 | 31 |
| Q | 4 | 11 | 18 | 25 | |
| Q | 5 | 12 | 19 | 26 | |
| S | 6 | 13 | 20 | 27 | |
| S | 7 | 14 | 21 | 28 | |
| D | F | 8 | 15 | 22 | 29 |

Abril

| | | | | | |
|---|---|----|----|----|----|
| S | 3 | 10 | 17 | 24 | |
| T | 4 | 11 | 18 | F | |
| Q | 5 | 12 | 19 | 26 | |
| Q | 6 | 13 | 20 | 27 | |
| S | 7 | 14 | 21 | 28 | |
| S | 1 | 8 | 15 | 22 | 29 |
| D | 2 | 9 | 16 | 23 | 30 |

Julho

| | | | | | |
|---|---|----|----|----|----|
| S | 3 | 10 | 17 | 24 | 31 |
| T | 4 | 11 | 18 | 25 | |
| Q | 5 | 12 | 19 | 26 | |
| Q | 6 | 13 | 20 | 27 | |
| S | 7 | 14 | 21 | 28 | |
| S | 1 | 8 | 15 | 22 | 29 |
| D | 2 | 9 | 16 | 23 | 30 |

Outubro

| | | | | | |
|---|---|----|----|----|----|
| S | 2 | 9 | 16 | 23 | 30 |
| T | 3 | 10 | 17 | 24 | 31 |
| Q | 4 | 11 | 18 | 25 | |
| Q | F | 12 | 19 | 26 | |
| S | 6 | 13 | 20 | 27 | |
| S | 7 | 14 | 21 | 28 | |
| D | 1 | 8 | 15 | 22 | 29 |

Fevereiro

| | | | | | |
|---|---|----|----|----|--|
| S | 6 | 13 | 20 | 27 | |
| T | 7 | 14 | 21 | 28 | |
| Q | 1 | 8 | 15 | 22 | |
| Q | 2 | 9 | 16 | 23 | |
| S | 3 | 10 | 17 | 24 | |
| S | 4 | 11 | 18 | 25 | |
| D | 5 | 12 | 19 | 26 | |

Mai

| | | | | | | |
|---|---|----|----|----|----|----|
| S | F | 8 | 15 | 17 | 22 | 29 |
| T | 2 | 9 | 16 | 18 | 23 | 30 |
| Q | 3 | 10 | 17 | 19 | 24 | 31 |
| Q | 4 | 11 | 18 | 20 | 25 | |
| S | 5 | 12 | 19 | 21 | 26 | |
| S | 6 | 13 | 20 | 22 | 27 | |
| D | 7 | 14 | 21 | 23 | 28 | |

Agosto

| | | | | | |
|---|---|----|----|----|----|
| S | 7 | 14 | 21 | 28 | |
| T | 1 | 8 | F | 22 | 29 |
| Q | 2 | 9 | 16 | 23 | 30 |
| Q | 3 | 10 | 17 | 24 | 31 |
| S | 4 | 11 | 18 | 25 | |
| S | 5 | 12 | 19 | 26 | |
| D | 6 | 13 | 20 | 27 | |

Novembro

| | | | | | |
|---|---|----|----|----|----|
| S | 6 | 13 | 20 | 27 | |
| T | 7 | 14 | 21 | 28 | |
| Q | F | 9 | 15 | 22 | 29 |
| Q | 2 | 9 | 16 | 23 | 30 |
| S | 3 | 10 | 17 | 24 | |
| S | 4 | 11 | 18 | 25 | |
| D | 5 | 12 | 19 | 26 | |

Março

| | | | | | |
|---|---|----|----|----|----|
| S | 6 | 13 | 20 | 27 | |
| T | 7 | 14 | 21 | 28 | |
| Q | 1 | 8 | 15 | 22 | 29 |
| Q | 2 | 9 | 16 | 23 | 30 |
| S | 3 | 10 | 17 | 24 | 31 |
| S | 4 | 11 | 18 | 25 | |
| D | 5 | 12 | 19 | 26 | |

Junho

| | | | | | |
|---|---|----|----|----|----|
| S | 6 | 13 | 20 | 27 | |
| T | 7 | 14 | 21 | 28 | |
| Q | 1 | 8 | 15 | 22 | 29 |
| Q | 2 | 9 | 16 | 23 | 30 |
| S | 3 | F | 17 | 24 | |
| S | 4 | 11 | 18 | 25 | |
| D | 5 | 12 | 19 | 26 | |

Setembro

| | | | | | |
|---|---|----|----|----|----|
| S | 4 | 11 | 18 | 25 | |
| T | 5 | 12 | 19 | 26 | |
| Q | 6 | 13 | 20 | 27 | |
| Q | 7 | 14 | 21 | 28 | |
| S | 1 | 8 | 15 | 22 | 29 |
| S | 2 | 9 | 16 | 23 | 30 |
| D | 3 | 10 | 17 | 24 | |

Dezembro

| | | | | | |
|---|---|----|----|----|----|
| S | 4 | 11 | 18 | 25 | |
| T | 5 | 12 | 19 | 26 | |
| Q | 6 | 13 | 20 | 27 | |
| Q | 7 | 14 | 21 | 28 | |
| S | F | F | 15 | 22 | 29 |
| S | 2 | 9 | 16 | 23 | 30 |
| D | 3 | 10 | 17 | 24 | 31 |

ALENTEJO

PELA REGIONALIZAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO

ALENTEJO

PELA REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



PELA REGIONALIZAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO

25 Janeiro 95

O ALENTEJO ALERTA O PAÍS

entre as 16 e as 18 horas

FAZ-SE OUVIR!



25 Janeiro 95

entre as 16 e as 18 horas

ALENTEJO ALERTA O PAÍS PELA REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

- A Regionalização continua por cumprir •
- O desenvolvimento continua a tardar •
- Não podemos por isso baixar os braços e aguardar •
- É preciso continuar a agir •

O Alentejo faz-se ouvir. O Alentejo reclama ser tratado pelos órgãos de soberania em pé de igualdade com qualquer outra região. O Alentejo não se resigna e afirma bem alto que é uma região importante do país e não aceita ser colocado como zona do terceiro mundo que justificadamente se recusa a ser.

A Comissão Promotora do Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento/MARD, apela a todas as instituições, organizações e cidadãos do Alentejo para que dia 25 de Janeiro de 1995 entre as 16 e as 18 horas se associem a esta importante iniciativa do MARD que deverá fazer sentir-se por todo

o Alentejo; a jornada de Alerta ao País pela Regionalização e Pelo Desenvolvimento.

Foguetes, carros com som, sirenas, apitos, buzinas, tambores, chocalhos, tudo o que se possa fazer ouvir pode ser mobilizado para participar nesta iniciativa, que deverá animar as localidades, sobretudo as capitais de distrito. Às 18 horas, o Movimento fará entrega nos Governos Cívicos de Beja, Évora e Portalegre, de um breve memorando com as principais reclamações do MARD para o Alentejo. Nesta delegação poderão participar aqueles que estiverem disponíveis para o fazer.

Acções comuns para 25 de Janeiro

O dia 25 de Janeiro foi escolhido pelo Movimento para marcar o nosso alerta.

Em cada terra, cada um poderá dar largas à sua imaginação: vamos fazer-nos ouvir!

A nível concelhio e distrital foram sugeridas algumas acções:

16 HORAS

- Lançamento de foguetes nos concelhos
- Distribuição de materiais do Movimento: jornal, calendários, etc.
- Desfile de viaturas fazendo-se ouvir com buzinas, sirenas...

17 HORAS

- Encontro das delegações nas sedes de distrito.

18 HORAS

- Deslocação ao Governo Cívico de cada distrito para entrega de um memorando com as principais reclamações do MARD para o Alentejo.
- Encerramento da Jornada "Alentejo Alerta o País Pela Regionalização e Pelo Desenvolvimento".

DESENVOLVER É PRECISO • REGIONALIZAR É URGENTE



"MARD" Alentejo Pela Regionalização e Desenvolvimento

ALENTEJO

PELA REGIONALIZAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO



25 de Janeiro
JORNADA
DE ALERTA
AO PAÍS

ALENTEJO

QUE
COMO O RESTO
DO PAÍS
INVESTIMENTO,
EMPREGOS,
PROGRESSO,
FUTURO.



EL O MEDIDAS PARA DESENVOLVER O ALENTEJO

Elaboração de um Plano Integrado de Desenvolvimento do Alentejo, com forte peso de componente agrícola, que promova as diversas potencialidades e especificidades regionais.

Definição de uma política de posse e uso da terra, tendo presente o Plano da Rega do Alentejo, que garanta o seu racional aproveitamento económico, sem deixar de ter presente, a sua função social, condição essencial para um clima de estabilidade e paz social.

Definição de fileiras económicas de base regional, designadamente as agro-alimentares (em regime de especialização e intensificação), hortícolas de primores, culturas permanentes, decorrentes de uma nova realidade agrícola e outras como as existentes de montado, de floresta, de pequena escala com denominação de origem, turismo e terciário superior.

Aceleração das obras do Alqueva e a implementação do Sistema de Rega do Alentejo, alargando a área de rega para margem esquerda do Guadiana e Alentejo Central.

Concessão urgente de linhas de financiamento, bonificações e de incentivos ao investimento aos agentes económicos e sociais da região.

Incremento de um plano de investimento especial em obras públicas de inegável necessidade e impacto na região, de forma a atrair outro investimento e a criar um ciclo de obra disponível, com destaque para a construção de barragens e respectivos sistemas de rega e abastecimento, rede viária e ferroviária.

Conclusão de toda a rede de eixos que constituem as acessibilidades da Região (IP2, IFT, IP8, IC13 e demais troços complementares - Val Real de Santo António - Beja ao IP2, ligação a Sines e a Évora - Posseção ferroviária, ligação Sines-Evora Estremoz e Portalegre-Evora-Beja, Redirecionamento e utilização do Aeroporto de Beja, dos Aeroportos de Évora, Portalegre e Sines/Santiago do Cacém. Adaptação de um terminal de carga geral no Porto de Sines.

Peloço das vertas do PDR para o Alentejo e inclusão nos programas setoriais do máximo de investimento, num verdadeiro espírito de solidariedade nacional e coesão económica e social.

Garantia de formação profissional adequada a uma nova agricultura e agro-indústrias subjacentes, de modo a recuperar os trabalhadores desempregados, atingir um rendimento mínimo de subsistência, garantindo o subsídio de desemprego a todos os que ficaram involuntariamente desempregados.

Relatório das dotações ao Poder Local cujo valores se têm vindo a degradar e institucionalização das Regiões Administrativas constitucionalmente previstas.

ENCONTRO DE JOVENS PELA REGIONALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO ALENTEJO 1.4.1995

O ALENTEJO
TEM FUTURO

Encontro de Jovens
Pela Regionalização
e Desenvolvimento

Pavilhão do NERE
Parque Industrial e Tecnológico de Évora
1 de Abril

ALENTEJO PELA REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



O ALENTEJO TEM FUTURO

Encontro de Jovens Pela Regionalização e Desenvolvimento

Pavilhão do NERE

Parque Industrial e Tecnológico de Évora

1 de Abril

PROGRAMA

14.30 Horas - Espectáculo de abertura, com:
GRUPO CORAL SCHOLA CANTORUM, DO SEMINÁRIO
MAIOR DE ÉVORA.

15.00 Horas - Intervenções/Debate.

17.00 Horas - Espectáculo de encerramento, com:
TUNAS;

- INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE
- ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA DE BEJA
- UNIVERSIDADE DE ÉVORA
- LICEU DE ÉVORA

GRUPOS MUSICAIS;

- XAMANE (Serpa)
- INDEPENDENTES (Ficalho)
- KONFUSÃO (Odemira)
- KOSSA NOSSA (Alcácer do Sal)
- ROMPE E RASGA
- AOS OLHOS DA CENSURA (Évora)

ORGANIZAÇÃO: Comissão Promotora do MARD - Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento.

COM A COLABORAÇÃO DE: Associações de Estudantes; (- da Universidade de Évora, - da Escola Superior Agrária de Beja, - Escola Superior de Educação de Beja, - Instituto Superior de Teologia de Évora, - Escola Superior de Enfermagem de Évora, - Escola Gabriel Pereira de Évora, - Escola Secundária D. Manuel I de Beja, - Escola Secundária Serafim Faria de Évora, - Escola Secundária Diogo de Gouveia de Beja); Comissão Municipal de Juventude de Évora; Ass. de Jovens Professores da Região Alentejo; Interjovem; Centro de Estudos de Avifauna Ibérica; Seixtos da Universidade de Évora; Centro de Jovens da Cruz de Picada (Évora); Movimento Ecologista Terra Verde; Ass. Terras Dentro.

NOTA: Transportes, a partir das 13.30 Horas, no largo junto à Igreja de S. Francisco (Capela dos Ossos) até às 15.00 Horas e Regresso.



PELA REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Caros Jovens e amigos:

Na qualidade de Presidente do Conselho Regional do C.C.R.A e, em nome da Comissão Promotora do Movimento Alentejo pela Regionalização e o Desenvolvimento/MARD, saúdo todos os jovens presentes neste Encontro que com a sua presença e participação irão certamente contribuir para a consolidação do Nosso Movimento e para o progresso e bem-estar do Alentejo, terra que nos une e faz comungar os mesmos ideais.

A vossa presença neste Encontro é o testemunho evidente de que a chamada geração "rasca" não é mais do que um "slogan" lançado por todos aqueles que, para falarmos mais descontraidamente, puseram "à rasca" não só a vós, jovens, mas também a toda a população portuguesa.

A V. presença é a prova de que não estamos perante uma geração passiva, conformista, competitiva, individualista, mas sim, perante jovens, que não perderam o amor à luta pelas grandes causas, desde que elas lhes digam alguma coisa, ou parafraseando um dos nossos ídolos da actualidade, uma geração que sabe que é preciso ter calma, e não dar o corpo pela alma...

A realização deste Encontro constitui, assim, um forte estímulo para todos nós que, independentemente de convicções políticas, religiosas ou ideológicas, acreditamos firmemente que o Alentejo tem futuro, não está num beco sem saída, e que apenas espera que lhe dêem as oportunidades para afirmar e desenvolver as suas potencialidades. Isto é, em jeito de rap alentejano, o que é preciso é tomar uma "atitude, uma grandessíssima atitude..."

Nos últimos 10 anos o Alentejo envelheceu, mais de 40 mil alentejanos abandonaram a sua terra, 25 mil activos estão sem receberem subsídio de desemprego, o mundo rural agoniza, o sector mineiro está em crise, as condições de ensino degradam-se, o Poder Local é asfixiado financeiramente e as Regiões Administrativas não avançam. Neste contexto, qual o futuro para os jovens desta região? A emigração? A fuga para as grandes cidades?

Pensamos que, tal como nós, os jovens recusam esta solução e, orgulhosos da sua identidade e de um património ímpar que caracteriza todo o Alentejo, estão certamente decididos a tomar nas suas mãos o seu destino e a reivindicar junto das entidades competentes os meios, os

projectos, os investimentos que permitam o desenvolvimento da região e que impeçam que o Alentejo seja transformado na "esplanada da Europa"...

Voltando ao "rap alentejano" é preciso evitar que haja "mais mágoa do que água. CEE dá cá o pé".

Mas, talvez por uma questão de geração e utilizando melodias e letras mais a nosso gosto, acreditamos que os jovens saberão afirmar a todo o país que o Alentejo, como afirmou Miguel Torga, "é na verdade o máximo e o mínimo a que poderemos aspirar: o descampado dum sonho infinito(...)".

E apesar da nossa serenidade criadora ser muitas vezes confundida com lentidão de espírito, temos a dignidade e capacidade para nos rirmos de nós próprios, mesmo perante as anedotas de maior mau gosto, comprovando a nossa sabedoria, tolerância, e postura vertical de um Povo que ao longo de toda a sua história soube sempre guardar a sua personalidade. Atitude, atitude, uma grandessíssima atitude...

É em nome desta verticalidade, desta identidade profunda, que o MARD propõe um conjunto de 10 propostas concretas para o Desenvolvimento do Alentejo, as quais sujeitamos à V. discussão e que gostaríamos de ver enriquecidas com a força criadora da V. juventude e imaginação.

Qual oleiro que molda nas suas mãos a massa informe do barro, estamos certos que a Juventude Alentejana saberá "moldar" um futuro para a sua região mais rico, mais próspero e, sobretudo, mais justo, não se deixando ficar a "navegar" ao sabor de todos aqueles para quem o Alentejo é símbolo de fadiga, solidão e lentidão de espírito. Não gostaríamos que a Juventude alentejana fizesse coro com Gabriel O Pensador, e cantasse "Eu sou o resto... o resto do mundo. Eu não sou nada, eu não sou ninguém".

Os projectos estão aí: É Alqueva, é o Porto de Sines, são as Universidades e as Escolas Superiores de Ensino, são os mármore, as pirites, o nosso património artístico e arquitectónico, a força de um Poder Local mobilizador e criativo, as nossas redes de estradas mas, sobretudo, a nossa força, a nossa determinação em transformar toda esta imensa chameca rasa num oceano de terra fértil e rica à semelhança dos homens que ao longo dos séculos a moldaram.

Seja este o tema do próximo "rap alentejano". E agora talvez o melhor é começar de princípio: atitude, uma grandessíssima atitude...

Este é o desejo que vos deixámos.

Évora, 1 de Abril de 1995

Presidente do Conselho Regional da C.C.R.A.



PELA REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**ENCONTRO DE JOVENS PELA REGIONALIZAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO ALENTEJO**

O ALENTEJO TEM FUTURO

Somos jovens. Amamos o Alentejo e nele queremos estudar, trabalhar e viver.
Por isso aqui estamos a reclamar a regionalização e o Desenvolvimento do Alentejo.

Por isso aqui estamos a afirmar o nosso apoio ao Movimento Alentejo Pela Regionalização e Desenvolvimento - MARD e a exigir do Poder Central o respeito



8º CONGRESSO SOBRE O ALENTEJO UM NOVO IMPULSO AO MOVIMENTO PELA REGIONALIZAÇÃO



Grande consenso no Congresso de Moura

Ganhar a batalha da regionalização

Os alentejanos querem a regionalização. Foi a conclusão do Congresso sobre o Alentejo, realizado neste sábado em Moura. No fórum, a maioria dos participantes (mais de meio milhar) manifestou-se favorável a uma única região. Agora, importa continuar a ganhar a batalha da regionalização. p. 13



“EMBAIXADA DO ALENTEJO NO PARLAMENTO EUROPEU”

Estrasburgo 20 a 24 de Maio de 1996

A Embaixada inseriu-se na atividade do MARD - Movimento Alentejo Regionalização e Desenvolvimento e conjugou os esforços de múltiplas entidades com destaque para as Regiões de Turismo do Alentejo e para o Deputado do Parlamento Europeu, natural do Alentejo/Portalegre, Dr. Joaquim Miranda.

Os objetivos da Embaixada eram “a afirmação da Região alentejana no Parlamento Europeu através da apresentação multifacetada das realidades regionais, o reforço da articulação da Região com o Parlamento Europeu, a defesa de interesses próprios e de projectos do Alentejo e nomeadamente do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, e o reforço de fundos estruturais para a Região.”

Entre os cerca de **120 Embaixadores Alentejanos que se deslocaram ao Parlamento Europeu** e que durante a sua estadia em Estrasburgo promoveram o Alentejo **contavam-se Deputados eleitos para a Assembleia da República pelos círculos eleitorais do Alentejo, o Presidente do Conselho da Região, representantes das Associações de Municípios de todo o Alentejo, Presidentes das Regiões de Turismo, Universidade de Évora, empresários e empresas representativas de setores económicos significativos (Alqueva, rochas ornamentais, vinhos, cortiça, tapetes de Arraiolos), sindicalistas, o CENDREV, o “Grupo Coral - Os Ceifeiros de Cuba”, o “Grupo Instrumental de Alcácer do Sal”, o “Grupo Folclórico e Cultural da Boavista” o grupo “Vozes do Sul” e ainda várias personalidades.**

A Embaixada do Alentejo levou consigo **exposições como “Alentejo – Tesouro Escondido de Portugal”,** elementos promocionais da Região e outros como **Alqueva, Parques Naturais, actividades produtivas** e obras de **reconhecidos artistas plásticos (contando com obras de António Charrua, António Cunha, Armando Alves, João Cutileiro, Jorge Vieira, José Manuel Rodrigues, Palolo e Rogério Ribeiro).**

O **“Espetáculo de Música Tradicional Alentejana”** encantou todos quantos a ele assistiram e, como não podia deixar de ser lá esteve também presente e com inegável sucesso a gastronomia alentejana designadamente através da **“Mostra Gastronómica”** que teve lugar no “Restaurant du Palais de l'Europe”.

Os encontros com o Presidente do Parlamento Europeu, com o Comissário Português Deus Pinheiro e com o Presidente da Comissão Parlamentar da Política Regional marcaram a presença da “Embaixada do Alentejo no Parlamento Europeu”.

A Embaixada do Alentejo no Parlamento Europeu constituiu um importante momento de afirmação do Alentejo, da sua cultura e identidade, da sua coesão territorial, das suas potencialidades, atingindo plenamente os seus objetivos.

***** ***** ***** ***** ***** ***** ***** ***** ***** *****

2ª ASSEMBLEIA DO MARD
28-8-1996 ESTREMOZ



PELA REGIONALIZAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO

10 PROPOSTAS DO MARD

**PARA A REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DO ALENTEJO**



Alentejo 1996-2000

“ Sob a serenidade austera da minha terra alentejana, lateja uma força hercúlea (...)”

Florbela Espanca

“Em Portugal, há duas coisas grandes

pela força e pelo tamanho:

Trás -os -Montes e o Alentejo”.

“Foi a terra alentejana que fez o homem alentejano, e eu quero-lhe por isso. Porque o não degradou, proibindo-o de falar com alguém de chapéu na mão”.

Miguel Torga

Aspectos Novos e Positivos

Da análise da situação no Alentejo ressaltam como aspectos novos e positivos, resultantes do trabalho e da luta dos alentejanos, entre outros:

O arranque do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva que possibilitará o Plano de Rega do Alentejo, estimulará reformas e reconversões na agricultura e na agro-indústria, terá impactos positivos, podendo assim, assumir-se como "motores" de um **Plano de Desenvolvimento Integrado para o Alentejo**. Plano que poderá integrar um conjunto de Acções Integradas (Acção Integrada para a Zona de Influência de Alqueva; Acção Integrada para o Litoral Alentejano; Acção Integrada para o Alentejo Central e Acção Integrada para o Norte Alentejano).

A existência de um Poder Local Democrático empreendedor e de um conjunto de entidades e organizações capazes de constituírem o núcleo de arranque e participação na construção, execução e acompanhamento de um Plano de Desenvolvimento Integrado para o Alentejo, que se proponha criar uma nova base económica e gerar emprego sustentável.

A perspectiva da instituição das Regiões Administrativas em 1997.

Solidariedade e Responsabilidade

A evolução da situação no Alentejo, ao longo da última metade do século XX, indica que para a região sair da crise económica e social não são suficientes o esforço e os recursos endógenos.

O País como a União Europeia, deve assumir, as suas responsabilidades e solidariedade, com base nos objectivos e princípios de unidade nacional e da coesão económica e social.

II. ALENTEJO PELA REGIONALIZAÇÃO

- A ideia de Alentejo, existe há mais de 700 anos, desde o tempo de D. Dinis. Constitui um valioso património de todos os alentejanos e de Portugal.

O Alentejo, a maior região do País representa cerca de 1/3 do território continental e cerca de metade (46%) da superfície agrícola utilizada das explorações agrícolas portuguesas.

- O Alentejo detém um valioso e preservado património natural e construído, um significativo conjunto de recursos e potencialidades e uma forte identidade cultural e histórica.

- A Regionalização, tal como a entendemos e está consagrada na Constituição da República Portuguesa constituirá um importante contributo para aprofundar a democracia, mobilizar as populações e os recursos endógenos para o desenvolvimento, reforçar e defender os poderes municipais e permitirá que sejam os alentejanos a eleger os seus próprios responsáveis regionais.

As regiões, segundo a lei-quadro aprovada na Assembleia da República, e de acordo com os Projectos de lei do PCP, PS e PEV/Partido Ecologista "Os Verdes", também aprovados na generalidade, na Assembleia da República, deverão ter atribuições que lhes permitam intervir em áreas tão importantes, para o Alentejo, tais como o Desenvolvimento Económico e Social; Fomento da Actividade Económica e Criação de Emprego; Ambiente, Recursos Hídricos e Conservação da Natureza, entre outros.

O Alentejo está preparado para, como o fez com êxito, através do Poder Local Democrático, também através da Regionalização, assumir maior protagonismo e responsabilidades na construção do seu presente e do seu futuro.

É reconhecido, nível nacional, que o Poder Local Democrático, no Alentejo, tem tido um papel assinalável na criação de condições para a melhoria de vida das populações, designadamente na área dos equipamentos e infraestruturas,

planeamento e gestão urbanística, património cultural e paisagístico, actividades culturais e desportivas e também, na luta pelo desenvolvimento sustentável.

EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO NO ALENTEJO

No âmbito da consulta promovida pela Assembleia da República, mais de 80% das Assembleias Municipais (AM) do Alentejo que se pronunciaram sobre a Regionalização, fizeram-no a favor da criação de uma única Região Alentejo.

A generalidade das Assembleias Municipais apontam no sentido de que a Região Alentejo tenha várias centralidades.

No que respeita às atribuições e competências as A.M. sublinham a importância de as regiões terem competências para elaborar, aprovar e executar os Planos Regionais, embora homologados pelo Governo, como a necessidade da intervenção das regiões no Plano de Desenvolvimento Regional de âmbito nacional, assim como na participação e execução dos planos nacionais de desenvolvimento regional da iniciativa ou apoio comunitário.

As A.M. apontam para um regime de finanças regionais baseado na previsão de receitas próprias e uma participação nas receitas do Estado, assente em critérios objectivos, em função, nomeadamente, das atribuições e competências, da área e do número de habitantes e que contribua para o desenvolvimento regional, correcção das desigualdades e criação de emprego.

Também o Conselho da Região do Alentejo, na reunião de 12 de Setembro, de 1996 reafirmou a sua posição de apoio à regionalização e o respeito pela opinião democraticamente expressa, pela maioria das Assembleias Municipais do Alentejo, no sentido da criação de uma única Região Alentejo.

O Conselho da Região do Alentejo afirma esperar da Assembleia da República, uma atitude democrática de respeito pela vontade expressa pela maioria das Assembleias Municipais, da concretização da regionalização e da criação de uma única Região Alentejo.

A nível nacional, nos seus congressos, realizados em 1996, quer a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), quer a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), expressaram, praticamente por unanimidade, o seu apoio à Regionalização.

A Assembleia da República aprovou a lei Quadro da Regionalização e mais recentemente (1996), aprovou, na generalidade, 6 projectos de lei do PCP, PS e PEV/Partido Ecologista "Os Verdes", que abrem caminho ao processo de Regionalização.

Também o Senhor Presidente da República já expressou o seu apoio à Regionalização.

O MARD espera que o Governo, tendo em conta esta evolução do processo, e sem se deixar enleiar em teias tecidas pelos adversários da regionalização, concretize nos prazos prometidos durante a campanha eleitoral, esta reforma democrática.

Estradas Municipais

É preciso conhecer e negociar, no concreto, com as autarquias, os termos da sua responsabilidade na gestão das Estradas Municipais e quais os meios de que passarão a dispor para poderem assegurar com eficácia uma rede municipal com qualidade.

Circulares e variantes

Assegurar um conjunto de circulares e variantes que complementem a articulação entre IC's, IP's e EN's, particularmente nos centros urbanos.

• O MARD PROPÕE AINDA:

Um plano de obras de "contenção da degradação das infraestruturas e dos sistemas e a correcção das dificuldades evidenciadas, designadamente as decorrentes da deterioração de parte importante da rede viária, da inexistência de ligações com interesse sub-regional e da degradação dos serviços prestados pelos transportes ferroviários".

Ultrapassar os atrasos na construção da rede fundamental (IP's e IC's);

Construir, até ao ano 2000, a nova rede viária da zona de Alqueva;

Reconsiderar o Plano de Modernização e Reconversão dos Caminho de Ferro (PRF), no que diz respeito ao Alentejo, particularmente em três aspectos:

Iniciar as obras; redimensionar a rede classificada como principal, ampliando-a; redimensionar a rede classificada como complementar, ampliando-a.

9. DEFINIÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INVESTIGAÇÃO APLICADA que tenha em conta as necessidades de desenvolvimento actuais e futuras da região. **Criação de um Centro de Investigação Aplicada para o Regadio, no Alentejo.**

10. INSTITUCIONALIZAÇÃO, EM 1997, DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS, GARANTINDO EM SIMULTÂNEO, O REFORÇO DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO.

IV - FAÇAMOS OUVIR A VOZ DO ALENTEJO

O ano de 1996 confirma a necessidade da existência do MARD / Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento como movimento aberto, aglutinador e mobilizador das energias de todos os sectores progressistas da sociedade alentejana, na acção por opções capazes de promoverem o desenvolvimento e a criação de emprego na região.

O MANIFESTO hoje aprovado na Assembleia do MARD "10 Propostas do MARD para a Regionalização e o Desenvolvimento do Alentejo", constitui um trabalho sério e reflectido dirigido a todos os alentejanos e aos órgãos de soberania, trabalho que pode e deve ser enriquecido com novos contributos e face a novas realidades que surjam.

Se as propostas do MARD não forem tidas em conta pelo Poder Central certamente que os alentejanos e o MARD não ficarão de braços cruzados e saberão encontrar nas acções necessárias para fazerem valer os seus justos interesses que são também os interesses do País

QUE É O MARD ?

MOVIMENTO ALENTEJO PELA REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (MARD), tem por vocação promover o progresso e o desenvolvimento do Alentejo.

O MARD é um movimento aberto à participação de todos. E, claro, também dos jovens. Conta já, entre os seus aderentes com mais de 600 instituições e organizações económicas, sociais e culturais do Alentejo.

A Comissão Promotora do MARD é constituída pelas seguintes entidades:

Conselho da Região Alentejo
Assembleia Distrital de Beja
Assembleia Distrital de Évora
Assembleia Distrital de Portalegre
Associação de Municípios do Distrito de Beja
Associação de Municípios do Distrito de Évora
Associação de Municípios do Norte Alentejano
Associação de Municípios do Litoral Alentejano

ESTREMOZ, 28 de Setembro de 1996

ASSEMBLEIA DO MARD
MOVIMENTO ALENTEJO PELA REGIONALIZAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO

A 30 de Outubro de 1996 seria a vez das Associações de Municípios do Alentejo se deslocarem a Bruxelas para expor as preocupações sobre a situação do Alentejo

Associações de Municípios do Alentejo em Bruxelas

Conforme foi oportunamente noticiado, as Associações de Municípios do Alentejo deslocaram-se a Bruxelas para contactos com a Comissão Europeia (CE), o Parlamento Europeu (PE), o Comité das Regiões e outras instituições da União Europeia (UE).

Os objectivos desses contactos foram os seguintes:

- manifestar a preocupação crescente nos municípios do Alentejo com a evolução da situação da região que é actualmente a mais pobre da UE;
- apresentar as ideias e propostas dos municípios sobre a forma de sair desta situação, e dar expressão local e regional aos objectivos da coesão económica e social;
- reafirmar a permanente disponibilidade dos municípios do Alentejo para participar na definição e gestão das intervenções, no cumprimento dos princípios da parceria e da subsidiariedade;
- sublinhar a extraordinária debilidade do sistema produtivo regional, que já torna difícil o aproveitamento dos instrumentos financeiros colocados à disposição da região e justifica medidas excepcionais de apoio ao desenvolvimento do sistema produtivo e ao crescimento do tecido empresarial.

Dos contactos havidos com:

- O Comité das Regiões,
- A Comissão de Política Regional e os deputados portugueses no PE,
- A Direcção-Geral XI (Ambiente),
- A Direcção-Geral XVI (Política Regional),
- A EURADA (Organização Europeia das Agências de Desenvolvimento Regional),

as Associações de Municípios concluíram que as diversas instituições:

- comungam das preocupações expressas pelos municípios,
- manifestam-se empenhadas em contribuir para encontrar as soluções adequadas à resolução dos problemas, tendo em conta a sua dimensão e gravidade;
- apontaram algumas ideias e sugestões sobre as alterações a introduzir nos instrumentos de promoção do desenvolvimento actualmente disponíveis (Intervenções do Quadro Comunitário de Apoio, outros programas), sobre o aproveitamento de outros programas de iniciativa comunitária, a importância da Regionalização e a imprescindível participação dos municípios, nomeadamente através das respectivas Associações.
- de todos os contactos estabelecidos, resulta claro que os principais responsáveis pela forma como são utilizados os instrumentos de política regional, são os governos nacionais.
- manifestam simpatia pela regular presença das Associações de Municípios do Alentejo, associando estas iniciativas ao conhecimento mais profundo das carências, problemas e propostas da Região.

30.10.96

Associação de Municípios do Norte Alentejano

Associação de Municípios do Distrito de Évora

Associação de Municípios do Distrito de Beja

Associação de Municípios do Litoral Alentejano



CARTA DO ALENTEJO AO GOVERNO

E RESOLUÇÃO

3ª ASSEMBLEIA DO MARD

MOVIMENTO ALENTEJO
PELA REGIONALIZAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO

Portalegre, 15 de Fevereiro 1997

CARTA DO ALENTEJO AO GOVERNO

1. O ALENTEJO TEM VONTADE E POTENCIALIDADES

O Alentejo tem futuro. Com as necessárias reformas estruturais, adequados instrumentos financeiros e investimentos no sector produtivo e gerador de emprego, uma eficaz investigação e experimentação viradas para o sistema produtivo e nova política de formação, com um Plano de Desenvolvimento Estratégico e a concretização da regionalização, o Alentejo tem vontade e capacidades para vencer a batalha pelo desenvolvimento económico, social e cultural.

O Alentejo conhece exemplos inspiradores e muito positivos, como resultado da unidade, participação e luta das suas gentes, em torno de objectivos concretos. Tais exemplos comprovam que existem vontade e potencialidades que se devidamente apoiadas pelo poder central, poderão dar bons frutos:

* O trabalho e a acção desenvolvida, desde o 25 de Abril, em torno e pelo **Poder Local no Alentejo**, com resultados reconhecidos a nível regional, nacional e mesmo internacional, o que constitui motivo de esperança e satisfação não só para os alentejanos mas para todo o país;

* O avanço para o **associativismo intermunicipal** e a acção desenvolvida em áreas tão importantes como o apoio ao desenvolvimento económico, a urbanização, o património e o ambiente;

* A criação e o funcionamento articulado das **Regiões de Turismo** e sobretudo as diligências em curso com vista à criação de uma forte **Região de Turismo do Alentejo** que projecte mais

eficazmente a região a nível nacional e internacional;

* A criação em curso do **Mercado Abastecedor** que poderá constituir um instrumento de apoio às actividades económicas regionais;

* Os processos de implementação do ensino superior na região, com maior peso a Universidade de Évora e os Institutos Politécnicos de Beja e Portalegre;

* No plano empresarial o exemplo muito positivo da organização da **fileira de produção da vinha e do vinho**, com os resultados positivos que se conhecem e que contrastam com o fracasso da agricultura dominante na região;

* A criação de um conjunto de **Associações de Desenvolvimento Local** que além de fixarem técnicos e trabalhadores qualificados procuram potenciar o aproveitamento dos recursos endógenos e a dinamização de pequenas economias locais, particularmente no mundo rural;

* Os trabalhos em curso impulsionados pelas **Associações de Municípios do Alentejo**, com o objectivo de criação de uma **Agência de Desenvolvimento Regional** que, envolvendo várias entidades públicas e privadas, possa constituir um instrumento de dinamização do desenvolvimento do Alentejo;

* A existência de **sindicatos** em toda a região;

* A existência de um conjunto de **associações empresariais**;

* A realização de sete **Congressos sobre o Alentejo** que têm merecido a participação do fundamental da sociedade alentejana, estando já em **preparação o IX Congresso sobre o Alentejo**, nos dias 10 e 11 de Maio de 1997;

* Ou a **unidade e a luta**, ao longo de 20 anos, da imensa maioria do povo alentejano e, designadamente, das suas autarquias, associações e

sindicatos, pelo **Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva**, comprovam que vale a pena a unidade e a luta em torno dos grandes objectivos e reformas estruturais que contribuirão para o desenvolvimento económico, social e cultural do Alentejo e de Portugal.

É nesta perspectiva que os alentejanos reivindicam, apresentam propostas concretas, trabalham e lutam pela mudança.

2. VENCER A CRISE É HORA DE PASSAR DAS PALAVRAS À ACÇÃO

No Alentejo respira-se uma atmosfera de crescente insatisfação à medida que o tempo passa sem que as promessas de mudança, de reformas estruturais favoráveis aos trabalhadores, aos empresários e às populações em geral sejam cumpridas (**Plano de Emergência, Plano Estratégico de Desenvolvimento, Acção Integrada de Desenvolvimento para a Zona de influência do Alqueva**, que deveria ter sido apresentado ao Governo em Setembro de 1996, reformas na agricultura, investigação e experimentação, reforço das verbas do Orçamento de Estado e do **Quadro Comunitário de Apoio**, avanço sensível e assumido do processo de Regionalização).

* Os mais recentes indicadores nacionais e comunitários avisam o Governo de que continuam a ser globalmente negativos os resultados das políticas prosseguidas no Alentejo.

* De acordo com dados, de Outubro de 1996, do Ministério para a Qualificação e Emprego, entre o terceiro trimestre de 1995 e o terceiro trimestre de 1996, a região continua a perder população

residente, população activa e emprego, continuando a verificar-se o desaparecimento de empresas e explorações agrícolas familiares, sem que outras as substituam.

* Como num recente estudo, de Dezembro de 96, para a definição de uma base económica para a região do Alentejo, desenvolvido pela CEDRU para a CCRA, se reconhece "A estrutura de posse e uso da terra, conjugada com a insuficiente incliativa e consciência empresarial prevalecente no sector agrícola alentejano, não tem contribuído positivamente para a criação de uma base económica e social, dinâmica e sustentável na região" acrescentando que é necessário "a intervenção do Estado com vista à correcção da estrutura actual de posse e uso da terra, em particular quando associada a investimentos públicos importantes como será o caso do Alqueva".

É preciso que o Governo tome consciência de que se essa reforma estrutural não for feita, está a pôr em perigo os próprios resultados que se esperam com o Empreendimento de Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo e a condenar um terço do país a mais umas décadas de atraso.

Também um significativo conjunto de pequenas e médias barragens e perímetros de rega, autónomos de Alqueva, continuam por orçamentar e concretizar enquanto os perímetros de rega já instalados aguardam recuperação e reconversão.

A investigação aplicada e a experimentação, de apoio aos diversos sectores económicos regionais, praticamente não existem e o actual modelo de formação e qualificação dos trabalhadores e empresários há muito deu sinais de esterilidade e esgotamento.

A falta de estímulos concretos, na base de uma discriminação positiva da região, mantém os investimentos privados a níveis multíssimo baixos e os investimentos públicos canalizados através do Orçamento de Estado e dos Quadros Comu-

nitários de Apoio são, reconhecidamente insuficientes, desajustados e frequentemente mal utilizados, sem que o Poder Central tenha criado condições para que tais desvios e insuficiências possam ser corrigidas através de um Plano de Desenvolvimento Estratégico conforme proposto na reunião de Janeiro de 1997 pelo Conselho da Região do Alentejo.

As promessas e os actos continuam desencontrados, como o documentam, por exemplo, o caso do projecto do Gás Natural para Portugal. Entra no País pelo Alentejo mas concentra a sua distribuição, no litoral, de norte até Setúbal, o que a não ser alterado, constituiria, mais uma vez, um factor de discriminação negativa do interior e em particular do Alentejo, com consequências que conduzirão inevitavelmente e a curto prazo a um agravamento do atraso da região.

O estudo para a definição de uma base económica para o Alentejo, encomendado pelo anterior Governo através da CCRA e agora concluído (Dezembro de 1996) embora tenha recuado nas intenções expressas no relatório preliminar e acolha algumas propostas importantes, designadamente das autarquias, dos sindicatos e do Conselho da Região do Alentejo, globalmente constitui um documento cheio de contradições, falho de visão estratégica e, pior do que tudo, insiste numa política que desde há muito não soube planificar nem intervir, responsável pela situação de grave crise a que o Alentejo chegou e pela falência da política de coesão económica e social.

Perante esta situação é hora de o Governo passar das palavras às acções, sob pena de ter de assumir a responsabilidade da prática de continuar uma política que condena um terço do território português ao atraso económico, ao desemprego, à pobreza e à exclusão social, à desertificação humana e à inércia.

3. OS ALENTEJANOS PROPÕEM AO GOVERNO E VÃO LUTAR POR UM CONJUNTO DE OBJECTIVOS CONCRETOS

Em conformidade com as "10 propostas do MARD para o desenvolvimento do Alentejo", propõe-se:

* **Elaboração e implementação de um projecto de Plano Estratégico de Desenvolvimento para o Alentejo**, nos termos da lei e proposto pelo Conselho da Região do Alentejo na reunião de Janeiro de 1997;

* **Ação de Valorização do Norte Alentejano**, elaborada e com gestão participada pelos próprios municípios e outros actores sociais económicos e políticos do Norte Alentejano, numa perspectiva de desenvolvimento integrado;

* **Elaboração de um Projecto Agrícola Regional** que tenha em conta, entre outras, as seguintes questões:

- Concretização rápida das infraestruturas e perímetros de rega do Empreendimento de Alqueva;
- Orçamentação e concretização das barragens e perímetros de rega autónomos de Alqueva;
- Medidas concretas com vista à "correção da estrutura actual de posse e uso da terra...";
- Aplicação da Lei de Bases da Política Florestal e elaboração do respectivo Plano Regional de Ordenamento Florestal;
- Um sistema específico de apoio às 45 mil explorações de pequenos e médios agricultores alentejanos e às cooperativas agrícolas;
- Propostas concretas para a reforma da PAC, que tenham em conta a especificidade e interesse da agricultura regional e nacional, entre as quais:

• **Modulação** "dos instrumentos de apoio comunitários... em função da dimensão das explorações agrícolas beneficiárias; aumento do rendimento histórico das áreas e produções máximas atribuídas a Portugal, designadamente no regadio; um plano de regionalização para os

cereais e a negociação de uma quota de trigo rijo da ordem dos 250 mil hectares.

* **Criação de um pacote de apoios específicos** fortemente estimuladores da instalação na região de empresas transformadoras agro-alimentares e das produções florestais (com realce para a cortiça) e inseridas em fleiras de produção de base regional;

* **Medidas concretas de apoio à criação de uma rede moderna de comercialização das produções e produtos transformados agro-pecuários e florestais;**

* **Medidas concretas para a dinamização de "fleiras de produção" nas indústrias das rochas ornamentais no Alentejo Central e das indústrias dos concentrados píríticos no Baixo Alentejo;**

* **Estímulo ao surgimento de um segmento industrial de máquinas e equipamentos de apoio aos sectores produtivos de base;**

* **Medidas concretas para a integração na base económica regional de grandes infra-estruturas**, entre as quais, o Porto e o Complexo de Sines, Base de Beja, Alqueva e acessibilidades;

* **Um Programa de Apoio às Pescas no Litoral Alentejano;**

* **Uma rede de Distribuição e Acesso de Gás Natural para o Alentejo**, no âmbito do projecto de gás natural para Portugal;

* **Uma política de investigação e experimentação de apoio aos sectores produtivos da região;**

Criação de um Centro de Investigação para o Regadio, em Beja; de um Instituto Tecnológico de apoio à produção e transformação florestal, particularmente à produção e transformação da cortiça e da madeira/mobiliário; criar na Universidade e Institutos Politécnicos os departamentos que lhe permitam também vir a desempenhar um papel activo na investigação e experimentação;

*** Reforço das verbas do Orçamento de Estado, Quadro Comunitário de Apoio, Fundo de Coesão, para o Alentejo;**

*** Desenvolver uma política de emprego e formação profissional que permita:**

- A fixação de quadro jovens formados na região;
- Absorver a mão-de-obra excedente oriunda das actividades em regressão, particularmente, da agricultura;
- Absorver, igualmente, mulheres desempregadas, residentes em aglomerados rurais, tendo em vista o desenvolvimento de actividades ligadas ao artesanato, produções tradicionais e serviços de cariz social.

*** Outras medidas:**

Introduzir como uma "condição para o apoio público ao desenvolvimento de acções e projectos de desenvolvimento a manutenção e criação de empregos estáveis e duráveis";

Que "o território alentejano seja objecto de uma modulação dos apoios públicos ao investimento tendo por base uma grelha diferenciada de risco e fragilidade sócio-económica"

*** Concretização da Regionalização, devendo o Governo e a Assembleia da República terem em conta a vontade expressa pelas Assembleias Municipais do Alentejo.**

A situação que se vive no Alentejo reclama que os alentejanos façam ouvir a sua voz em defesa das propostas concretas contidas nesta "Carta do Alentejo ao Governo".

É desejável que o Governo tenha em conta as propostas concretas, construtivas, dos alentejanos para bem do Alentejo e de Portugal.

Portalegre, 15 de Fevereiro de 1997

Carta aprovada por unanimidade pelos mais de 500 aderentes e convidados que participaram na 3ª Assembleia do MARD - Movimento Alentejo Regionalização e Desenvolvimento

RESOLUÇÃO

SOBRE A APROVAÇÃO DE UMA CARTA DO ALENTEJO AO GOVERNO, A REALIZAÇÃO DE DEBATES CONCELHIOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL E DE UMA JORNADA REGIONAL PELO DESENVOLVIMENTO DO ALENTEJO A 27 DE MAIO DE 1997

A 3ª Assembleia do MARD, reunida na cidade de Portalegre decidiu:

- Aprovar uma CARTA DO ALENTEJO AO GOVERNO;

- Promover durante o primeiro semestre de 1997 um conjunto de DEBATES CONCELHIOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL;

- Promover uma JORNADA REGIONAL PELO DESENVOLVIMENTO DO ALENTEJO, a 27 de Maio de 1997.

A 3ª Assembleia do MARD informa o Governo destas iniciativas pelo desenvolvimento da região e de apoio às propostas concretas que debateu e aprovou.

Apela aos alentejanos e às suas organizações representativas que se unam e mobilizem, em torno das propostas concretas apresentadas pela 3ª Assembleia do MARD na CARTA DO ALENTEJO AO GOVERNO, que se unam e mobilizem para os DEBATES CONCELHIOS E PARA A JORNADA REGIONAL PELO DESENVOLVIMENTO DO ALENTEJO, a 27 de Maio de 1997.

É hora de passar das palavras à acção

O Alentejo tem futuro. Unidos e em acção vamos construí-lo!

Portalegre, 15 de Fevereiro de 1997

**3ª ASSEMBLEIA DO MARD
MOVIMENTO ALENTEJO
PELA REGIONALIZAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO**

1. A JORNADA REGIONAL DE 27

DE MAIO - Constituirá o culminar de um Ciclo de Debates Concelhãos sobre o Desenvolvimento Local e Regional que decorrem no Alentejo, durante os meses de Abril e Maio, na sequência da "Carta do Alentejo ao Governo", aprovada na 3ª Assembleia do MARD, na cidade de Portalegre.

2. A JORNADA REGIONAL DE 27

DE MAIO - Constituirá um momento em que os alentejanos farão ouvir a voz do Alentejo, unidos em torno de objectivos concretos, para o desenvolvimento das nossas terras e do Alentejo:

- **MAIS INVESTIMENTO!**
- **MAIS EMPREGO!**
- **DIREITO A PRODUZIR!**
- **DIREITO À SEGURANÇA SOCIAL E À SAÚDE!**
- **CONCRETIZAÇÃO DAS REFORMAS ESTRUTURAIS** (Empreendimento de Fim Múltiplos de Alqueva; Plano de Rega do Alentejo; Agricultura, Floresta, Indústria Agro-Alimentar, Industrias Extractivas, Sistema de Comercialização, Investigação e Experimentação; Porto de Sines e Base Aérea de Beja; Acessibilidades, etc.)
- **PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO ALENTEJO!**
- **REGIONALIZAÇÃO!**

Dia 27

*Todos podemos ajudar
a construir
o futuro do Alentejo!*

JORNADA REGIONAL PELO DESENVOLVIMENTO DO ALENTEJO

**27 Maio 1997
17 Horas**

**ANIMAÇÕES
CONCENTRAÇÕES
DESFILES**

BEJA - Portas de Mértola

ÉVORA - Praça do Giraldo

PORTALEGRE - L. Dr. Frederico Laranjo

SINES - Frente ao Centro de Emprego

ALCÁÇER DO SAL - Frente ao Centro de Emprego



Comissão Promotora do MARD
MOVIMENTO ALENTEJO REGIONALIZAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO







Diário do Alentejo

em foco Mais de 500 pessoas participaram no X Congresso (extraordinário) sobre o Alentejo, no sábado, em Serpa, tendo reafirmado o apoio à regionalização e à Região Alentejo. O Congresso foi unânime: regionalizar é investir na democracia

Alentejo pelo Sim

"Unidos somos capazes de ir longe. Divididos somos capazes de dar as costas àquelas que estão a defender o Não", afirmou o socialista Roldão de Almeida, presidente da Câmara de Elvas, no decorrer dos trabalhos do X Congresso sobre o Alentejo, em Serpa. Nas condu-

sões do fórum, aprovadas por aclamação, afirma-se que as regiões administrativas são "um investimento na democracia" e apela-se aos defensores da regionalização "um real empenhamento para a vitória do Sim" no referendo de 8 de Novembro próximo. **págs. 2 e 5**



O secretariado e a participação do Congresso prosseguirá à abertura do fórum de 8 sept.



Muito de mais milhar de congressistas assistiram aos trabalhos.

UM NOVO MOVIMENTO – O MESMO OBJETIVO

ALENTEJO – SIM À REGIONALIZAÇÃO POR PORTUGAL



regiões

Movimento pelo Sim mobilizado

Os defensores do Sim no Alentejo estão mobilizados para os últimos três setores de crescimento do eletrorolê antes do referendo de 8 de Novembro. Dizem que "não basta dar o voto", é preciso que os potenciais votem pelo Alentejo. págs. 4 e 5